|  |
| --- |
| **RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET** |

**Pregão Eletrônico No 20/2016**

**Processos Nº 48000.001216/2016-94**

|  |
| --- |
| Razão Social: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_CNPJ Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_E-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Cidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Pessoa para contato: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Recebemos, por intermédio do acesso à página do [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br/) ou [**www.mme.gov.br**](http://www.mme.gov.br), nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.Local: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2016.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Assinatura |

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre o MME e a licitante, solicito de Vossa Senhoria preencher o Recibo de entrega do Edital, de forma legível e, remeter à Comissão Permanente de Licitações por meio do **fax (061) 2032-5951** ou e-mail: **licitacao@mme.gov.br**.

**TELEFONES – (XX61) 2032-5630 – 2032-5957 – 2032-5554**

A não remessa do recibo exime a Comissão Permanente de Licitações da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

**Edital do Pregão Eletrônico no 20/2016-MME**

|  |
| --- |
| **01 – Do Objeto****02 – Dos Recursos Orçamentários****03 – Do Credenciamento****04 – Da Participação No Pregão** **05 – Do Envio da Proposta****06 – Das Propostas e Formulação de Lances****07 – Da Aceitabilidade da Proposta Vencedora****08 – Da Habilitação****09 – Da reabertura da Sessão Pública****10 – Do Encaminhamento da Proposta Vencedora****11 – Dos Recursos****12 – Da Adjudicação e Homologação****13 – Da Garantia de Execução****14 - Do Termo de Contrato****15 – Da Repactuação****16 – Da Aceitação do Objeto e da Fiscalização** **17 – Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental****18 – Das Obrigações do Contratante e da Contratada****19 – Do Pagamento****20 – Das Sanções Administrativas****21 – Da Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento****22 – Das Disposições Gerais****23 – Do Foro** |
| **Anexos integrantes do edital:**ANEXO I – Termo de ReferênciaANEXO II – Planilha de Custos e Formação de PreçosANEXO III – Modelo de Proposta de PreçosANEXO IV - Modelo de DeclaraçõesANEXO V – Modelo de Declaração de VistoriaANEXO VI – Modelo de Autorização para Abertura de Conta VinculadaANEXO VII – Modelo de Autorização Para Retenção e Depósito ANEXO VIII – Minuta de Contrato ANEXO IX – Termo de Conciliação Judicial |

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2016**

(Processo Administrativo n° **48000.001216/2016-94**)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Ministério de Minas e Energia, por meio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/SPOA, sediado(a) na Esplanada dos Ministérios Bloco “U” Sala 446-Brasília/DF CEP – 70.065-900, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço,** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, nº 02, de 11 de outubro de 2010 e nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital e Anexos.

Data da sessão: **11/11/2016**

Horário: **10:00 horas**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [**www.comprasgovernamentais.gov.br**](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, **o horário de Brasília – DF,** inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1. DO OBJETO
	1. O objeto da licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para **prestação de serviços continuados na área de suporte à Gestão Documental,** por meio da disponibilização de empregados terceirizados, na forma de postos de trabalho, para o Ministério de Minas e Energia, situado no Bloco U, Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, conforme as especificações técnicas, quantitativos e demais condições gerais estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 320016; PTRES: 091627; Programa de Trabalho: 2512221192000 0001; Elemento de Despesa: 33.90.39.

1. DO CREDENCIAMENTO
	1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
	2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.
	3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
	4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
	5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO
	1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no § 3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010.
	2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
		1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
		2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
		3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
		4. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
		5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
		6. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, anexo ao Edital, e a proibição do artigo 4° da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 30 de abril de 2008.
	3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
		1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
			1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;
		2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
		3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
		4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.
		5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008.
3. DO ENVIO DA PROPOSTA
	1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
	2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
	3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
	4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
	5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
		1. **O valor mensal e o valor anual do Item.**
		2. Descrição detalhada do objeto contendo, entre outras, as seguintes informações:
			1. os preços unitários, o valor mensal e o valor global da proposta, conforme o disposto neste instrumento e modelos anexos;
			2. a indicação do(s) sindicato(s), acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, acompanhada de cópia da Convenção Coletiva de Trabalho que estipulou o salário base da proposta apresentada;
			3. a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;
	6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
	7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de **Planilha de Custos e Formação de Preços**, conforme Anexo deste Edital;
		1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.
		2. Caso a proposta apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que favoreça a Contratada, este será revertido como lucro durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para a eventual prorrogação contratual.
	8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias,** a contar da data de sua apresentação.
4. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
	1. A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
	2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
		1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
		2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
	3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
	4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
	5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
		1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor TOTAL ANUAL do item**.
	6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
	7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
		1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos
	8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
	9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
	10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
	11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
	12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
	13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
	14. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e as empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
	15. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
	16. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
	17. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
		1. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
5. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.
	1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
	2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
		1. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
			1. comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
			2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
	3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.
	4. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
	5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
	6. O Pregoeiro convocará o licitante, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no *chat*, o prazo máximo de **03 (três) horas** a contar da solicitação, para enviar a documentação de habilitação e a proposta ajustada ao seu lance final pelo e-mail: licitacao@mme.gov.br, sob pena de não aceitação da proposta.
		1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada pelo licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
		2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as Planilhas de Custos readequadas com o valor final ofertado.
		3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
		4. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
		5. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.
			1. Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.
	7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
	8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.
	9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
		1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
		2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
	10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
6. DA HABILITAÇÃO
	1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
		1. SICAF.
		2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)).
		3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/ improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/%20improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
		4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
		5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
		6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
	2. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, de 11 de outro de 2010.
		1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
		2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **3 (três)horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
	3. Os licitantes que **não** estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, de 11 de outubro de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista e Qualificação econômico-financeira e técnica:
	4. **Habilitação jurídica:**
		1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
		2. em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
		3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
		4. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
		5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
	5. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
		1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
		2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
		3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
		4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
		5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
		6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
		7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
		8. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
	6. **Qualificação econômico-financeira:**
		1. certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
		2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
			1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
		3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

|  |  |
| --- | --- |
| LG = | Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

|  |  |
| --- | --- |
| SG = |  Ativo Total |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

|  |  |
| --- | --- |
| LC = | Ativo Circulante  |
| Passivo Circulante |

* + 1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:
			1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, **16,66%** (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
			2. Comprovação de patrimônio líquido de **10%** (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contáveis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.
	1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a **Qualificação Técnica,** por meio de:
		1. **Registro ou Inscrição** na entidade profissional competente da região a que estiver vinculada a licitante (Conselho Regional de Administração – CRA), pertinente ao seu ramo de atividade relacionada com o objeto da licitação, em plena validade, acompanhada do comprovante de pagamento da anuidade;
		2. Indicação do **Responsável Técnico**, devidamente identificado, de escolaridade de nível superior, com a apresentação do comprovante de pagamento da anuidade na entidade de classe que fiscaliza o exercício da profissão, comprovando experiência anterior, no mínimo, de 3(três) anos na função, por meio de registro na CTPS ou equivalente contrato de trabalho;
		3. **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado, em nome da licitante**,** onde comprove ter executado serviços compatíveis e pertinentes, em características, quantidades e por período não inferior a 2 (dois) anos com o objeto, nos quais constem referências às parcelas de maior relevância técnica, conforme especificações constantes neste Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

8.7.3.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no Contrato social vigente;

8.7.3.2 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do Contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.7.3.3 Para a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

8.7.3.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do Contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.7.4 **Declaração de Vistoria Técnica,** conforme modelo constante do **Anexo V** deste Edital, fornecido pela Coordenação de Atividades Gerais/ COAGE/CGRL/SPOA/ SE/MME a ser realizada por intermédio do Responsável Técnico do quadro da licitante, declarando que vistoriou o local e teve conhecimento das condições ambientais e técnicas onde serão executados os serviços, de forma a subsidiar a proposta da licitante:

**a)** A vistoriadeveráser efetuada no período compreendido entre a data da publicação deste Edital **até 02 (dias**) **anterior** à data da licitação e deverá ser realizada por Representante Técnico da empresa interessada, acompanhada por servidor da COAGE/CGRL/SPOA/MME;

**b)** A vistoria deverá ser marcada previamente pela licitante, em horário de expediente normal do MME, **após minuciosa leitura deste Edital** (**inclusive leitura dos Anexos**), pelos telefones (061)2032-5223 e ou (061)2032-5516, com as servidoras Gleysielen Cardoso Neves, gleysielen.neves@mme.gov.br e/ou Maria Selmi Alves da Silva, maria.selmi@mme.gov.br, recebendo em seguida a Declaração de Vistoria;

**c)** A Licitante que não realizar a vistoria deverá apresentar Declaração de que não realizou a mesma, mas responsabiliza-se pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de execução dos serviços, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do Contrato.

* + 1. As licitantes cadastradas e habilitadas parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação exigidos nos subitens **8.4, 8.5 e 8.6** estando todas obrigadas, ainda, à apresentação das declarações implantadas nas licitações eletrônicas do portal de compras governamentais e dos seguintes documentos:
1. **Declaração que inexiste fato superveniente impeditivo da habilitação**, conforme parágrafo segundo do artigo 32 da Lei n.º 8.666/93 e de acordo com o modelo do **Anexo IV** deste Edital, juntamente com a Proposta de Preços;
2. **Declaração que não emprega menor de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, conforme o modelo do **Anexo IV** deste Edital;
3. **Declaração que não possui, em sua cadeia produtiva**, empregados que executam trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, conforme o modelo do **Anexo IV** deste Edital.
4. **Declaração de Elaboração Independente de Proposta** conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 02, de 30/04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de acordo com o modelo do **Anexo IV** deste Edital;
5. **Declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu art. 34, e que a empresa está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar, conforme o modelo do **Anexo IV** deste Edital;
6. **Declaração de que está ciente e concorda** com as condições contidas neste Edital e seus Anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.
7. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, de acordo com o artigo 3º da Lei nº 12.440, de 07 de Julho de 2011;
8. **Declaração** da licitante, acompanhada de Relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **Anexo IV** deste Edital, **de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da apresentação da proposta, não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante,** que deverá ser atualizado na forma descrita no subitem 8.6deste Edital, e de acordo com o inciso XXIV do art.19 da IN SLTI/MPOG 02 com alterações**,** observados os seguintes requisitos:

**h1)** a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício–**DRE,** relativa ao último exercício social**;**

**h2)** caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício–DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, a licitante deveráapresentar justificativas**;** e

**h3)** certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

* 1. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema *upload*, no prazo de **03 (três) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail licitacao@mme.gov.br.
		1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
	2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.
		1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
	3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
	4. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
	5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.
	6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
	7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
	8. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
1. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
	1. A sessão pública poderá ser reaberta:
		1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
		2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
	2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta
		1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico *chat*, ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
		2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
2. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
	1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada em original ou cópia autenticada, no prazo máximo de **03 (três) dias**, para o **Ministério de Minas e Energia, Coordenação de Licitações e Compras**, Sala 446 – Esplanada dos Ministérios Bloco “U” – Brasília/DF – CEP – 70.065-900 -a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônicoe deverá:
		1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
		2. apresentar a Planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.
		3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
	2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do Contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
		1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
3. DOS RECURSOS
	1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
	2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
		1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
		2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
		3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
	3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
	4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
4. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
	1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
	2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
5. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
	1. O adjudicatário, no prazo de **10 (dez) dias** após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.
		1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
		2. O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** autoriza o Contratante a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
	2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.
	3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
		1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
		2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
		3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e
		4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada, quando couber.
	4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no art. 19, XIX, b da IN SLTI/MPOG 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.
	5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
	6. No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
	7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada.
	8. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
	9. Após a execução do Contrato, será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da Contratada em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho.
		1. Caso a Contratada não logre efetuar uma das comprovações acima indicadas até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, o Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução contratual, conforme arts. 19-A e 35 da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 2008, conforme obrigação assumida pela Contratada.
	10. Será considerada extinta a garantia:
		1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;
		2. no prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do Contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.
6. DO TERMO DE CONTRATO
	1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.1.1 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse do Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no Contrato.

* 1. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta *on line* ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
		1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital e anexos.
	2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidadepara a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de **5 (cinco)** dias, a contar da data de seu recebimento*.*
	3. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
	4. A licitante vencedora deverá apresentar a comprovação da pessoa física, indicada como representante da pessoa jurídica a ser contratada, da sua competência para a assinatura do Contrato e assunção de respectivas responsabilidades, preferencialmente, por procuração em cartório.
1. DA REPACTUAÇÃO
	1. As regras acerca da repactuação do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.
2. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
	1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.
3. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
	1. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, de acordo com os critérios previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.
4. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1 As obrigações do Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

1. DO PAGAMENTO
	1. O pagamento será efetuado **mensalmente**, pelo Contratante, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada, observado o disposto na Lei no 4.320/64.
	2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada das seguintes comprovações:
		1. Pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;
		2. Prova da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 29](http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/Leis/8666_93.html#art29) da Lei 8.666/93;
		3. Cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração;
		4. Apresentação das folhas de pontos de todos os empregados, com o registro real do horário de entrada e saída, devidamente assinadas, e/ou abonadas pelo Fiscal, se for o caso, correspondente ao mês objeto do faturamento.
	3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura, pela Contratada, deverá ocorrer no prazo de **até 02 (dois) dias**, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008.
	4. A fiscalização/servidor competente deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, no prazo de **até 02 (dois) dias**, contado da data do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008, para pagamento.
	5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “**atesto**” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008.
	6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.
	7. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.
		1. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
	8. Nos termos do artigo 36, § 6°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
		1. não produziu os resultados acordados;
		2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
		3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,
	9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
	10. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Edital.
	11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
	12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
	13. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
	14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
	15. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do Contratante, não será rescindido o Contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF.
	16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993.
		1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
	17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| I = (TX) | I =  |  ( 6 / 100 ) | I = 0,00016438TX = Percentual da taxa anual = 6% |
|  365 |

1. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1 Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02 e do art.28 do Decreto nº 5.450/2005, **na** **fase licitatória, a empresa participante** está sujeita a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento do SICAF nos seguintes prazos:

1. Deixar de entregar os documentos e proposta exigidos neste Edital, quando convocada pelo Pregoeiro: **até 1 ano;**
2. Apresentar documentação falsa na licitação: **até 5 anos e descredenciamento do SICAF**, sendo o ato devidamente comunicado ao Ministério Público Federal;
3. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Edital: **até 1 ano;**
4. Não mantiver a proposta apresentada na licitação: **até 1 ano;**
5. Comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal aqui entendido como a prática de qualquer ato descrito nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93: **até 5 anos e descredenciamento do SICAF;**

e1) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

* 1. Se a Contratada incorrer na inexecução parcial ou total de qualquer das condições previstas no Contrato e seus Anexos, poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe as seguintes penalidades:
1. advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
2. multa moratória diária de **0,5% (meio por cento),** sobre o valor total do Contrato no caso de atraso na sua assinatura, limitado ao montante de **2% (**dois por cento);
3. multa moratória diária de **0,07%** **(sete décimos por cento)** sobre o valor da garantia do Contrato, no caso de atraso na sua entrega, limitado ao montante de 2% (dois por cento);
4. multa moratória diária de **0,5%** **(meio por cento)** sobre o valor da parcela mensal correspondente, para cada ocorrência nos seguintes casos:

d1 – presença no posto de trabalho, de profissional com vestimenta inadequada ao ambiente de trabalho, suja, mal apresentado e/ou sem crachá de identificação;

d2 – deixar de registrar ou controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos empregados;

d3 – atraso no pagamento dos salários, inclusive férias e 13º salário, vale-transporte e/ou vale refeição/, encargos sociais e trabalhistas.

d4 – pagamento irregular dos salários, inclusive férias e 13º salário, vale-transporte e/ou vale refeição, encargos sociais e trabalhistas.

d5 – ausência de profissional, sem reposição.

1. multa diária de **1%** **(um por cento),** sobre o valor do Contrato, em caso de atraso na abertura da conta corrente de que trata o item 13 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
2. multa diária de **5% (cinco por cento)** sobre o valor da parcela mensal correspondente, nos casos de **não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias**, caracterizada como falta grave, que poderá dar ensejo a rescisão do Contrato e impedimento de licitar e contratar com a União;
3. multa diária de **0,5%** **(meio por cento),** sobre o valor da parcela mensal correspondente, nos casos de **atraso** na entrega das **comprovações** de: controle de frequência, contracheques, ticket alimentação, vale transporte, atestados de afastamentos, transferências e rescisões dos seus empregados, relativas ao pagamento dos serviços
4. multa diária de **2% (dois por cento)** sobre o valor total do Contrato, nos casos de descumprimento de quaisquer outras obrigações não previstas acima;
5. multa compensatória de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do Contrato, quando o descumprimento resultar na rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital;
6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o MME, depois de ressarcido dos prejuízos causados e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada no item anterior.
	1. O(s) valor(es) da(s) multa(s) poderá(ao) ser descontado (s) do pagamento, ou da garantia prestada, ou ser recolhido(s) em conta única do Tesouro Nacional, por meio de GRU, indicada pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Contratante, no prazo de até **05 (cinco) dias** úteis, a partir de sua intimação por ofício, incidindo, após esse prazo, atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União; ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.
	2. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
	3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
	4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
	5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
	1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
	2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mme.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Esplanada dos Ministérios Bloco “U” Sala 446 – Brasília/DF – CEP – 70.065-900 – Comissão Permanente de Licitações
		1. **Não serão aceitas impugnações apresentadas fora dos prazos legais (observado o horário de Brasília até às 18 horas).**
	3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
	4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
	5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste Edital.
	6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
	7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
	1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
	2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
	3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
	4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
	5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
	6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
	7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
	8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
	9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Esplanada dos Ministérios Bloco “U” Sala 446 – Brasília/DF- CEP 70.065-900, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
	10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
		1. ANEXO I – Termo de Referência
		2. ANEXO II - Planilha de Custos e Formação de Preços
		3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços
		4. ANEXO IV – Modelo de Declarações
		5. ANEXO V – Modelo de Declaração de Vistoria
		6. ANEXO VI – Modelo de Autorização para Abertura de Conta Vinculada
		7. ANEXO VII – Modelo de Autorização Para Retenção e Depósito
		8. ANEXO VIII – Minuta de Contrato
		9. ANEXO IX – Termo de Conciliação Judicial

**23. DO FORO**

As questões decorrentes da execução do objeto deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas no foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Brasília/DF, 26 de Outubro de 2016.

Raimunda Alves de Sousa Oliveira

Pregoeira

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**

**Processo Administrativo nº 48000.001216/2016-94**

1. **DO OBJETO**
	1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados na área de suporte à Gestão Documental, por meio da disponibilização de empregados terceirizados, na forma de postos de trabalho, para o Ministério de Minas e Energia, situado no Bloco U, Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.
2. **DAS JUSTIFICATIVAS**
	1. Assegurar dentre outros, o suporte aos servidores do Ministério de Minas e Energia, na utilização do sistema de produção e acompanhamento de documentos e processos, denominado SEI (SISTEMA ELETRONICO DE INFORMAÇÕES - [Processo Eletrônico Nacional](https://processoeletronico.gov.br/) - https://processoeletronico.gov.br/), em fase de instalação neste Ministério e, ainda, assegurar o gerenciamento eletrônico e físico, o arquivamento e desarquivamento de documentos e processos junto ao Arquivo Central; a gestão do acervo documental nas fases: corrente, intermediária e permanente e, em especial, o cumprimento da [Lei nº 12.527/2011](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm), de 16 de maio de 2012 (Lei de Acesso a Informação), além das atribuições vinculadas ao Arquivo Nacional e CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos) com destaque ao [e-ARQ Brasil - Câmara Técnica de Documentos Eletrôn](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiiitfa-NbKAhUFjpAKHX4vB7UQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br%2Fmedia%2Fe-arq-brasil-2011-corrigido.pdf&usg=AFQjCNG5oy33m2bE3E6cbr7SFEHpKehnsg)icos, necessários a atuação institucional do órgão**;**
	2. O Contrato atual, de nº 51/2010-MME teve sua vigência encerrada em 31 de dezembro de 2015, no entanto foi prorrogado em situação de excepcionalidade, para evitar a descontinuidade na prestação dos serviços, até a nova contratação.
3. **DO FUNDAMENTO LEGAL E CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**
	1. A natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1°, da Lei nº 10.520/2002, em função das características gerais e específicas de mercado e atendem a métodos e técnicas pré-estabelecidas, padrões de desempenho, de qualidade e especificações usuais de mercado e comumente conhecidas, podendo assim ser objetivamente definidos neste Termo de Referência:

*Art. 1º Parágrafo único - Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos desse artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado.*

* 1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos;
	2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
	3. A licitação poderá ser realizada na modalidade de Pregão Eletrônico, com adjudicação pelo menor preço global anual, nos termos da Lei no 8.666/93, Decreto nº 3.555/2000, Lei no 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005, Instrução Normativa SLTI/MPOG no 02/2008, Instrução Normativa SLTI/MPOG no 01/2010, Lei Complementar 123/06 e demais legislação aplicáveis ao caso, bem como pelas condições previstas neste Termo de Referência.
	4. A contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços objeto deste Termo de Referência encontra amparo nas legislações descritas abaixo, sem prejuízo de outras normas correlatas, todas, respeitadas as suas alterações, constituindo-se como peça integrante e inseparável do procedimento licitatório:
		1. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade pregão para a aquisição de bens e serviços comuns;
		2. Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta a modalidade pregão, na forma eletrônica;
		3. Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública;
		4. Instrução Normativa nº 01 – SLTI/MP, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
		5. Instrução Normativa nº 02 - SLTI/MP, de 30 de abril de 2008, que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços continuados ou não.
		6. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
1. **DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1 Nas dependências do Ministério de Minas e Energia, sito à Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, Brasília/DF.

1. **DOS POSTOS DE TRABALHO E DA ESCALA/JORNADA DE TRABALHO**
	1. **Dos Postos de Trabalho**

 Para fins da prestação dos serviços do objeto, a Contratada alocará nas dependências do MME o seguinte quantitativo de Postos de Trabalhos, com a respectiva quantidade de profissionais:

|  |  |
| --- | --- |
| **Categoria/Função** | **Quantidade** |
| Prestador de Serviço na Operacionalização de GED/ECM (**Arquivista Pleno - NS**)  | 1 |
| Prestador de Serviço Especialista em GED/ECM (**Assistente de Arquivo Pleno - NM**) | 7 |
| **TOTAL** | **8** |

(\*) – GED/ECM (Gestão Eletrônica de Documentos/ Enterprise Content Management)

* 1. **Da Escala e da Jornada de Trabalho**

 A prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período compreendido de 07h00min as 19h00min, com uma jornada de 8(oito) horas/dia, respeitada no mínimo uma 1(hora) de intervalo para almoço e descanso, 40 horas semanais, respeitada a legislação trabalhista, conforme Convenção Coletiva de Trabalho – CCT;

* 1. A escala e o horário de trabalho inicialmente estipulados acima poderão ser excepcionalmente alterados, se for o caso, em algum(ns) dia(s) conforme a necessidade do MME, com eventuais necessidades de labor no sábado, domingo e/ou feriados, com as devidas compensações no transcorrer da semana, na relação de 1(um) dia de trabalho por 2(dois) de folga, na sistemática de banco de horas, não sendo previstas o pagamentos de horas extras e nem adicionais de qualquer natureza;
	2. As atividades dos empregados serão conduzidas/gerenciadas pelo Preposto, e acompanhadas e fiscalizadas por servidor da Administração, especialmente designado nos termos da legislação em vigor;
	3. Os salários dos empregados colocados à disposição do Contratante, para execução dos serviços contratados não poderão ser inferiores ao piso salarial das categorias profissionais, firmado em Convenção Coletiva de Trabalho, entre o Sindicato dos Trabalhadores de Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática, Similares e Profissionais de Processamento de Dados do Distrito Federal (SINDPD-DF) e Sindicato das Empresas de Serviços de Informática do Distrito Federal (SIDESEI-DF).
1. **DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**
	1. Os serviços objeto deste Termo de Referência compreenderão o atendimento/suporte de gestão eletrônica de documentos aos usuários do SEI (SISTEMA ELETRONICO DE INFORMAÇÕES), com expectativa de atender mais 300/mês, considerando tratar-se de um novo sistema a ser implantado em substituição ao antigo, que demandou uma média de 200 atendimento por mês em 2015; realização física e eletrônica de arquivamento e desarquivamento de processos e documentos avulsos junto ao Arquivo Central; eventual análise e classificação eletrônica de processos das fases corrente e intermediária; eventual conservação e limpeza de documentos e processos e ministração de treinamento e capacitação de servidores para utilização do novo sistema de gestão eletrônica de documentos instalado no órgão.

1. **DAS ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGADOS**.
	1. **Prestador de Serviço na Operacionalização de GED/ECM (Arquivista Pleno – Nível Superior)**
	2. **Atribuições**
2. Coordenar, orientar, estabelecer rotinas, propor melhorias, efetuar monitoramento e avaliar o andamento das atividades de arquivo em conformidade com as determinações da fiscalização;
3. Treinar e orientar os colaboradores quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos e nos demais aspectos relacionados às competências técnicas;
4. Distribuir as atividades entre os assistentes de arquivo, de acordo com os processos de trabalho vigentes;
5. Elaborar relatórios da execução de atividades realizadas mensalmente;
6. Efetuar os controles de frequência;
7. Estar à disposição dos integrantes do contrato, sempre que necessário, com o objetivo de resolver problemas relativos ao trabalho;
8. Acompanhar a manutenção e a conservação preventiva do acervo;
9. Atender solicitações de pesquisa de usuários internos e externos;
10. Realizar orientação arquivística às unidades administrativas do Ministério de Minas e Energia-MME;
11. Inserir dados, propor melhorias e manter atualizado o sistema informatizado de gestão arquivística de documentos;
12. Elaborar manuais sobre procedimentos relacionados à gestão arquivística de documentos;
13. Estudar e propor requisitos para sistema informatizado de gestão documental;
14. Auxiliar na coordenação e na supervisão das atividades arquivísticas desenvolvidas no órgão;
15. Realizar treinamentos para os assistentes em arquivo;
16. Monitorar programas de conservação preventiva do acervo;
17. Remanejar o acervo documental do MME;
18. Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade.
	1. **Qualificação**

 O profissional indicado pela Contratada para a prestação dos serviços de Arquivista deve ter, no mínimo, **curso superior concluído em Arquivologia**, com registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, nos termos do art. 4º da Lei nº 6.546/1978, e demonstração das seguintes aptidões:

1. Domínio em organização arquivística, inclusive em GED;
2. Domínio da legislação arquivística;
3. Dinamismo na busca de soluções para melhoria da qualidade dos serviços;
4. Capacidade de tomada decisões adequadas e tempestivas considerando riscos, impactos e oportunidades;
5. Clareza e objetividade nas linguagens escrita e falada;
6. Familiaridade no uso de pacotes de software disponíveis no MME;
7. Capacidade de lidar com o público;
8. Habilidade de gerenciamento, de organização, de controle, de liderança, de solução de conflitos, de desenvolvimento de equipes e de relacionamento pessoal;
9. Capacidade comportamental para agir com calma e tolerância.
	1. **Prestador de Serviço Especialista em GED/ECM (Assistente de Arquivo Pleno – Nível Médio)**
10. **Atribuições**
11. Receber, registrar, distribuir, tramitar e expedir documentos;
12. Triar, classificar, arranjar, descrever e executar todas as tarefas necessárias à guarda, à conservação e à prestação de informações atinentes aos documentos;
13. Auxiliar no controle da temporalidade e a movimentação dos documentos arquivados;
14. Auxiliar no atendimento das solicitações de pesquisa de usuários internos e externos;
15. Preparar documentos para arquivamento;
16. Cadastrar dados e informações sobre documentos destinados ao arquivamento em sistema informatizado;
17. Preparar documentos para a mudança de suporte;
18. Realizar preparo para o descarte de documentos;
19. Realizar higienização de itens do acervo documental e de restauro;
20. Remanejar acervo de documentos;
21. Auxiliar na assistência técnica às unidades do MME;
22. Auxiliar nas ações de treinamento sobre gestão documental;
23. Executar outras atividades correlatas.
24. **Qualificação**

 Os profissionais indicados pela Contratada para a prestação dos serviços de Assistente de Arquivo deverão ter, no mínimo, o **Ensino Médio** completo e demonstração das seguintes aptidões:

1. Experiência nas atividades de gestão arquivística de documentos, inclusive em GED;
2. Familiaridade no uso de pacotes de software disponíveis no MME;
3. Capacidade de absorção de conhecimento;
4. Clareza e objetividade nas linguagens escrita e falada;
5. Habilidade comportamental para o trabalho em equipe;
6. Habilidade comportamental para obedecer às normas e procedimentos rotineiros;
7. Habilidade comportamental para agir com calma e tolerância;
8. Habilidade para lidar com o público.
	1. **Comprovação de experiência**
9. Os profissionais alocados pela Contratada deverão comprovar experiência anterior, no mínimo, de 2(dois) anos na função, por meio de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou ainda, em papel timbrado, constando CNPJ e endereço completo da(s) pessoa(s) jurídica(s), onde os serviços foram prestados, com a descrição sucinta das atividades desenvolvidas na área, com a qualificação e o nome do emitente da declaração, com assinatura reconhecida em cartório, no prazo de até 10(dez) dias, após assinatura do contrato.
10. **DOCUMENTAÇÃO E REQUISITOS GERAIS DOS EMPREGADOS**
	1. A Contratada, até a data prevista para o início da execução dos serviços ou quando da substituição de um empregado, fornecerá ao Contratante:
11. Relação dos empregados, em arquivo eletrônico, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF, tipo sanguíneo/fator Rh, endereço/telefone residencial, e cópia impressa devidamente assinada pelo Preposto;
12. Foto 3x4 atualizada;
13. Comprovação de formação específica do profissional, mediante cópia autenticada do certificado do curso de formação;
14. Original e cópia da Carteira de Trabalho - CTPS dos empregados, devidamente anotada pela Contratada; e
15. Exames médicos admissionais dos empregados que prestarão os serviços.
	1. A Contratada deverá apresentar toda documentação comprobatória do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço- FGTS, do pagamento dos salários, férias, 13º salário e demais benefícios dos empregados, quando da rescisão contratual ou demissão dos empregados disponibilizados para o contrato firmado, encaminhando cópia autenticada em cartório ou apresentar originais e cópia ao Fiscal de Contrato, conforme relação:
16. Termo de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados, disponibilizados para a prestação dos serviços contratados no órgão, devidamente homologados, pelo sindicato da categoria;
17. Guias de recolhimento rescisório da contribuição previdenciária e do FGTS;
18. Extratos de depósitos feitos nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido ou da rescisão; e
19. Demais comprovantes legais exigidos pela CLT e convenção sindical da categoria.
20. **CONDUTAS DOS EMPREGADOS**
	1. Os empregados disponibilizados pela Contratada para realização das atividades descritas neste Termo, em suas respectivas categorias, deverão apresentar as seguintes condutas e procedimentos:
21. Agir com educação, presteza, cordialidade, respeito mútuo e paciência com os usuários, colegas de trabalho, superiores hierárquico e público em geral;
22. Apresentar-se pontualmente no local de trabalho especificado;
23. Atender às solicitações de execução dos serviços objeto do Contrato, observando às normas de comportamento profissional, bem como cumprir as normas internas do Órgão,
24. Ausentar apenas quando substituído ou quando autorizado pelo superior;
25. Contornar situações adversas;
26. Demonstrar equilíbrio físico e controle emocional;
27. Demonstrar espírito de equipe;
28. Demonstrar interesse pelo trabalho e pelo aprimoramento pessoal;
29. Guardar sigilo de assunto pertinente ao serviço;
30. Não abordar autoridade ou servidores, para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, buscando tirar as dúvidas somente com o representante da Contratada ou se dirigir a Fiscalização do contrato;
31. Participar de cursos de qualificação e requalificação profissional;
32. Permanecer no posto de trabalho no período determinado;
33. Reconhecer limitações pessoais dos servidores/usuários do sistema;
34. Ser discreto, não divulgando quaisquer informações a que venha ter acesso sobre público interno e externo;
35. Zelar pela preservação do patrimônio do MME sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, organização e aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário.
36. **DAS BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS**
	1. Durante a execução do contrato a Contratada deverá adotar junto a seus empregados as boas práticas para o uso racional e sustentável dos recursos naturais (água e energia), bem como da redução de produção de resíduos sólidos conforme a Legislação Ambiental Nacional e do GDF vigentes, observando as condições abaixo:
		1. Todo lixo que possa ser reciclado deverá ser acondicionado nos ambientes definidos para destinação correta, previamente orientada pela Comissão de Coleta Seletiva Solidária do MME;
		2. Orientar e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e para preservar dos recursos hídricos, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e da legislação local, considerando a política socioambiental do MME;
		3. Orientar e adotar práticas para redução de consumo de energia elétrica, mantendo os equipamentos elétricos em bom estados de conservação, evitar luzes acessas em ambientes vazios, evitar deixar ar condicionados ligados após a execução dos serviços, bem como adotar e divulgar para seus empregados a política de redução de energia do MME;
		4. A Contratada deverá elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de resíduos sólidos observados as normas vigentes;
		5. A Contratada deverá instruir seus empregados se durante a realização das atividades foram detectadas ocorrências vinculadas à manutenção predial deverá comunicar ao Fiscal para abertura da respectiva Ordem de Serviço de conserto;
37. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
	1. Apresentar ao Contratante, quando do início do contrato, e sempre que houver substituição de empregado, a relação de documentos descritos no item 8 deste Termo de Referência;
	2. Responsabilizar pelas inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue, que terão o prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento da diligência pela Contratada, para serem formalmente e documentalmente esclarecidas;
	3. Estabelecer critérios rigorosos a fim de recrutar e selecionar os profissionais que serão alocados para a prestação dos serviços, com conhecimentos teóricos e práticos afetos à categoria profissional, atestado de boa conduta, e aos requisitos básicos estabelecidos neste Termo de Referência, com funções profissionais legalmente registradas em suas Carteiras de Trabalho;
	4. Executar os serviços conforme as especificações do Termo de Referência e de sua proposta;
	5. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pelo Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações Previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, do pagamento dos salários e benefícios dos empregados colocados à disposição do Contratante;
	6. Indicar formalmente, quando da assinatura do contrato, o nome de seu preposto com capacidade gerencial, o qual deverá manter permanentemente contato com o Contratante, por meio do Fiscal de Contrato, adotando providências requeridas na execução dos serviços pelos empregados, e comandar, coordenar a execução dos serviços contratados;
	7. Manter durante a vigência contratual informações atualizadas quanto ao endereço, razão social e contatos;
	8. Manter sede, filial ou escritório no Distrito Federal-DF com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão, substituição e demissão dos empregados;
	9. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal, e executando fielmente o contrato, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do Contratante;
	10. Controlar a permanência dos empregados no local do trabalho, em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária à execução dos serviços, ficando sujeito a Fiscalização do Contratante, por meio do Fiscal de Contrato, que poderá solicitar providências pertinentes a correção de falhas detectadas, responsabilizando-se integralmente pelos mesmos, nos termos da legislação vigente, fornecendo a mão-de-obra qualificada, necessária e indispensável à perfeita execução dos serviços, definida neste Termo de Referência;
	11. Informar o Contratante em tempo hábil, qualquer impedimento/impossibilidade de assumir os serviços no prazo estabelecido;
	12. Creditar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário, na conta do trabalhador, em agência bancária localizada em Brasília–DF, até o 5º(quinto) dia útil do mês posterior ao da prestação dos serviços, em horário bancário, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Contratante;
	13. Não vincular o recebimento da fatura dos serviços do MME, com o pagamento dos empregados nas datas regulamentares;
	14. Obedecer a Convenção Coletiva de Trabalho entre o Sindicato dos Trabalhadores de Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática, Similares e Profissionais de Processamento de Dados do Distrito Federal (SINDPD-DF) e Sindicato das Empresas de Serviços de Informática do Distrito Federal (SIDESEI-DF), no caso de reajuste nos salários dos empregados;
	15. Obedecer ao piso salarial dos profissionais empregados na prestação dos serviços que não poderão ser inferiores ao piso salarial das respectivas categorias, firmado em acordo ou dissídio coletivo do SINDPD-DF;
	16. Fornecer, até o 5º dia útil do mês em referência, auxílio-alimentação, cujo valor será definido pela convenção coletiva do ano em curso do contrato, por dia, e auxílio-transporte, de sorte a assegurar o deslocamento diário do empregado no percurso residência/local de trabalho/residência, correspondente a vinte e três dias por mês;
		1. Repassar integralmente o valor do auxílio-transporte aos empregados, inclusive observando o circular Rodoviária/MME/Rodoviária;
		2. Proceder, se for do seu interesse, às deduções legalmente permitidas na concessão do auxílio-transporte, devendo ser consignado na proposta o valor das despesas a serem efetivamente incorridas, em consonância com as legislações: art. 7º, XXVI, da Constituição Federal; art. 4º da Lei nº 7.418/1985; arts. 9º e 10 do Decreto nº 95.247/1987;
		3. Apresentar planilha em separado, se optar pelo fornecimento de transporte próprio ou realizar proposta alternativa de deslocamento dos empregados que permita a diminuição dos valores referentes ao auxílio-transporte, com a previsão detalhada de todos os elementos de custo, tais como combustível manutenção do veículo, depreciação e outros porventura incidentes;
		4. Responsabilizar-se pela não prestação dos serviços durante o período de greve de transporte públicos, quando comprovado o impedimento, não podendo repassar custos extras ao Contratante;
		5. Observar o direito legal dos empregados conforme interpretação da legislação trabalhista, para viabilizar o abono, em caso de greve de transportes públicos, que impeça aos empregados vinculados ao contrato de comparecer ao trabalho;
	17. Apresentar ao Fiscal do Contrato a relação mensal dos empregados, por meio eletrônico, contendo nome completo do empregado, CPF, função exercida, salário, adicionais, dias trabalhados, valores do vale alimentação (VA) e vale transporte (VT), mensal, horas extras (caso autorizado para formar banco de horas), férias, licenças, faltas e ocorrências;
	18. Apresentar, em caso de demissão ou rescisão, toda a documentação que comprove o pagamento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
	19. Comunicar previamente à Fiscalização do Contrato qualquer intenção de transferência/movimentação ou demissão do empregado quando não solicitado pelo Contratante, devendo a Fiscalização avaliar se não haverá prejuízo para a execução dos serviços e/ou se os direitos trabalhistas do empregado estarão resguardados conforme rege a CLT, Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria e como prevê o artº 71 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e sua alterações;
	20. Providenciar a guia de transferência/movimentação, bem como apresentar a cobertura com original e cópia da documentação descrita neste termo, principalmente para categorias que exigem habilidades comprovadas, caso o Contratante solicite ou acate a movimentação de um empregado;
	21. Devolver ao Fiscal de Contrato o crachá fornecido pelo Órgão quando do desligamento do empregado do contrato. Caso não seja devolvido, fica a Contratada responsável pelo ressarcimento do seu valor por meio de uma GRU – Guia de Recolhimento da União;
	22. Disponibilizar ao Contratante os empregados, conforme descrito no Termo de Referência, informações acercas das normas de condutas, devidamente identificados por meio de crachá;
	23. Encaminhar a Fiscalização, com antecedência de 30(trinta) dias, a relação de empregados que usufruirão de férias no período subsequente, assim como daqueles que irão substituí-los;
	24. Substituir toda e qualquer ausência legal ou não, enfim, por quaisquer motivos (férias, licença médica, licença paternidade, greve de transportes públicos, etc.), de seus empregados alocados no contrato, por outro profissional que atenda aos requisitos exigidos, no prazo máximo de 2(duas) horas após o início da respectiva jornada, de forma a evitar o decréscimo no quantitativo profissional disponibilizado para a prestação dos serviços;
	25. Descontar do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas não atendidas, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais, no caso de ausência do profissional, sem reposição;
	26. Ficar ciente de que o Contratante, mediante comunicação do Fiscal do Contrato, poderá dispensar ou não seus empregados, em razão de feriados ou pontos facultativos exclusivos do Poder Executivo, recesso de final de ano e outras concessões, sendo que as horas não trabalhadas, se for o caso, serão creditadas no banco de horas a seu favor, devendo ser planejada conjuntamente com a Fiscalização as suas compensações no prazo máximo de 120(cento e vinte dias).
	27. Ficar ciente de que nos sábados, caso haja necessidade, poderá haver jornada de trabalho, sendo as horas, compensadas no transcorrer da semana seguinte, respeitados os limite semanal de 40 horas;
	28. Ficar ciente de que na ausência de previsão em Acordo ou Convenção Coletiva, o MME poderá requerer da Contratada que seja firmado acordo individual, relativo ao horário de prestação de serviços com determinado prestador de serviço ou categoria funcional, obedecidas as determinações legais acerca de jornadas máximas e de compensação de horários;
	29. Ficar ciente de que os serviços serão prestados dentro do período compreendido entre as 8h00min às 19h00min, com atendimento ininterrupto, de segunda a sexta-feira, devendo ser mantido funcionário para atendimento às chamadas mesmo durante o horário de almoço, com a adoção de escala apropriada que não supere a carga horária contratual;
	30. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita Fiscalização por parte da Administração, prestando todas as informações solicitadas, com referência à execução dos serviços;
	31. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do MME;
	32. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
	33. Providenciar, no prazo de 60(sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, cartão cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;
	34. Providenciar, caso o empregado não deseje o acesso ao cartão cidadão, a relação dos seus empregados que se enquadram nesta situação, na qual conste assinatura comprobatória de que eles tomaram conhecimento dos benefícios de sua concessão e optaram por não os acessarem;
	35. Responsabilizar, que caso não seja possível a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal, como na hipótese do trabalhador ser cadastrado em programas de transferência de renda, a Contratada deve apresentar as devidas justificativas, acompanhadas de comprovações do conhecimento do empregado acerca da situação.
	36. Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na Cidade de Brasília, local da prestação dos serviços;
	37. Providenciar, junto ao INSS, no prazo de 60(sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias;
	38. Cumprir, além do estatuído deste Termo, as instruções complementares doa Contratante, quanto a execução e ao horário de realizações dos serviços, permanência e circulação dos empregados nos andares e dependências do MME;
	39. Comunicar imediatamente, à Fiscalização todas as ocorrências verificadas na execução dos serviços e, no menor espaço de tempo possível, reduzir a termo a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos, bem como atender prontamente as suas observações e exigências, e prestar os esclarecimentos solicitados;
	40. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação pela Fiscalização, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente;
	41. Estar ciente de que a solidariedade quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os empregados por parte do Contratante, subsistirá aos alocados neste edifício, e para isso será obrigatório a apresentação dos recibos correspondentes aos respectivos recolhimentos;
	42. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes legais, dolosa ou culposamente, o Contratante ou a terceiros;
	43. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por sua culpa ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento deste Termo de Referência;
	44. Proibir que seus empregados executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiverem prestando o serviço;
	45. Manter sigilo sob pena de responsabilidade civil e penal, sobre todo e qualquer assunto de interesse da o Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Termo, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
	46. Supervisionar, por meios próprios, os postos de serviços;
	47. Comprovar a qualquer tempo, quando exigido pelo Contratante, os vínculos empregatícios mantidos com seus empregados;
	48. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou acometidos de mal súbito, quando em serviço, por intermédio do Preposto, assegurando-lhes o cumprimento a todas as determinações trabalhistas e previdenciárias cabíveis e assumindo, ainda, as responsabilidades civil e criminal e demais sanções legais decorrentes do eventual descumprimento destas;
	49. Emitir Comunicado de Acidente de Trabalho – CAT, em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências do Contratante;
	50. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
	51. Orientar seus empregados que a utilização excessiva de aparelho telefônico celular, bem como da utilização da internet, para outros fins que não sejam referentes as atividades atribuídas ao cargo, poderão trazer prejuízos na qualidade dos serviços, tendo em vista a necessidade das prioridades nos atendimentos e de concentração para a execução dos serviços, restringindo os seus usos apenas nos intervalos ou situação de extrema necessidade.
	52. Assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores para à adoção de práticas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água, redução de produção de resíduos sólidos, segurança do trabalho e coleta seletiva, em conformidade com às normas trabalhistas, ambientais vigentes e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do MME;
	53. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;
	54. Observar as Obrigações e Responsabilidades Específicas – Boas Práticas Ambientais, do Termo de Referência, especificamente as:
	55. Atender as orientações deste Termo de Referência no sentido de adotar medidas de economia de água, energia e coleta seletiva;
	56. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização do Contratante;
	57. Estar ciente de que o descumprimento reiterado das disposições constante deste Termo de Referência e a sua permanência em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias poderá implicar em rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais;
	58. Observar o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
	59. Estar ciente que a obrigações, objeto desta licitação, serão iniciadas imediatamente após a assinatura do instrumento contratual;
	60. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010.
38. **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**
39. Fiscalizar a execução dos serviços por meio de Fiscal do Contrato especialmente designado para esse fim, de conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93;
40. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços;
41. Promover o acompanhamento e Fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos mesmos;
42. Efetuar os pagamentos na forma estabelecida no respectivo Contrato, devendo verificar a regularidade do recolhimento dos encargos sociais antes de efetuar o pagamento;
43. Relacionar-se com a Licitante Vencedora exclusivamente através de pessoa por ela credenciada (preposto);
44. Comunicar à Contratada qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas nesse Termo de Referência e no respectivo Contrato, determinando as medidas necessárias à sua imediata regularização;
45. Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a serviço dao Contratante, para comprovar o registro da função profissional;
46. Realizar, por intermédio do Fiscal do Contrato, as disposições de Fiscalização nos termos do Anexo IV – Guias de Fiscalização dos Contratos Terceirizados da Instrução Normativa IN nº 02/2008;
47. Providenciar em tempo hábil, por intermédio da Coordenação de Atividades Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME e na impossibilidade desta por unidade administrativa superior, as decisões e/ou providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato;
48. Não direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada, de conformidade com a IN nº 2/2008;
49. Fiscalizar os termos da Súmula Vinculante N°13 do STF, que trata do Nepotismo na contratação de empregados no Serviço Publico, a serem alocados ao Ministério;
50. Evitar promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o empregado foi contratado;
51. Fiscalizar a vedação de que familiar de agente público preste serviços no órgão federal ou entidades em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança, conforme disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203, de 14 de junho de 2010;
52. Aplicar, por atraso ou inexecução parcial ou total do objeto deste Termo de Referência, as sanções administrativas previstas neste instrumento e no contrato, fundamentadas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal e outras previstas na legislação.
53. **DA CONTA VINCULADA**
54. A Contratada deverá providenciar a abertura da conta vinculada, nos termos do Art. 19-a da IN MPOG nº 03/2009, de 16 de outubro de 2009, bem como;
55. Solicitar a autorização do Contratante para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato;
56. Apresentar ao Contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento para a liberação dos recursos da conta vinculada;
57. Apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, os comprovantes dos pagamentos de salários e benefícios de seus empregados; recolhimento dos encargos sociais, e regularidade junto ao Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho (por meio da apresentação dos recibos do Cadastro Gera de Empregados e Desempregados- CAGED, nos termos da Lei nº 4.923/65); cópia da carteira de trabalho e previdência social dos empregados admitidos no período; documentação rescisória completa e recibos de pagamentos dos empregados demitidos no período;
58. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
59. A Fiscalização dos serviços será exercida por representante previamente designado pelo Contratante, neste ato denominado Fiscal do Contrato, de acordo com o Art. 67, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, c/c Art. 6º do Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997;
60. A Fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades nos serviços, inclusive resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem qualificação e/ou habilitação necessária, não implicando co-responsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos (Art. 70, da Lei nº 8.666/93);
61. A Contratante, por intermédio do Fiscal do Contrato procederá, diariamente, a competente Fiscalização dos postos em serviço, a fim de comprovar o fiel e correto cumprimento da execução contratual;
62. O Fiscal do Contrato não poderá, sob nenhuma hipótese, permitir que empregado execute tarefas em desacordo com aquelas estabelecidas no Instrumento Contratual;
63. O Fiscal do Contrato poderá exigir, uma vez comprovada necessidade, o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da Contratada que deixe de merecer confiança, embarace a Fiscalização ou, ainda, que venha a se conduzir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhes foram acometidas;
64. O Fiscal do Contrato deverá emitir relatórios sobre a execução do Contrato, em especial quanto ao acompanhamento e Fiscalização da prestação dos serviços, a exigência de cumprimento de condições contratuais estabelecidas, a proposta e aplicação de sanções, caso ocorra o descumprimento de alguma cláusula contratual.
65. **DA VISTORIA TÉCNICA**
	1. Recomenda-se que a licitante, por meio do seu representante técnico devidamente identificado, faça uma vistoria no local onde serão baseados os postos de trabalhos e executados os serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, sede do Ministério de Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF, objeto deste Termo de Referência;
	2. Solicita-se que a vistoria seja agendada previamente pela licitante, preferencialmente, em horário de expediente normal do MME, das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h, pelo fone (061)2032-5223 e ou (061)2032-5516, com as servidoras Gleysielen Cardoso Neves, gleysielen.neves@mme.gov.br e/ou Maria Selmi Alves da Silva, maria.selmi@mme.gov.br.
66. **DA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
	1. Para comprovação da qualificação técnica a licitante deverá apresentar:
	2. **Registro ou inscrição** no órgão que fiscaliza o exercício da profissão, de sua jurisdição, acompanhada do comprovante de pagamento da anuidade;
	3. Indicação do **Responsável Técnico**, devidamente identificado, de escolaridade de nível superior, com a apresentação do comprovante de pagamento da anuidade na entidade de classe que fiscaliza o exercício da profissão, comprovando experiência anterior, no mínimo, de 3(três) anos na função, por meio de registro na CTPS ou equivalente contrato de trabalho;
	4. **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, emitido(s) por empresa(s) de direito público ou privado, em papel timbrado, em nome da licitante, onde comprove ter executado serviços compatíveis e pertinentes, em características, quantidades e por período não inferior a 2 (dois) anos, com o objeto da licitação**.**
67. **DO PRAZO DE VIGÊNCIA**
	1. O prazo de vigência do contrato será de **12(doze) meses** a partir da assinatura pelo do Ministério, podendo ser prorrogado nos termos do Inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.
68. **DA PROPOSTA DE PREÇOS**
69. As empresas interessadas em participar da licitação deverão apresentar, juntamente com a sua proposta de preços, a Planilha de Custos e Formação de Preços, de conformidade com o Art. 15, Inciso XII, Item a, da IN nº 02/2008;
70. De conformidade com o § 5º do Art. 29 da IN Nº 2, de 30 de abril de 2008, quando a licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta;
71. **DA ESTIMATIVA DE CUSTO**
72. Estimativa de custo mensal: **R$ 46.267,22** (quarenta e seis mil, duzentos e sessenta e sete reais, vinte e dois centavos);
73. Estimativa de custo anual: **R$ 555.206,59** (quinhentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e seis reais, cinquenta e nove centavos);
74. A estimativa de custo para a prestação dos serviços foi calculada por meio de “Planilhas de Custo e Formação dos Preços da Mão-de-Obra”, de conformidade com a:
75. Instrução Normativa n.º 02/2008 – SLTI/MPOG e a Instrução Normativa n.º 06/2013 – SLTI/MPOG;
76. Convenção Coletiva de Trabalho entre o Sindicato dos Trabalhadores de Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática, Similares e Profissionais de Processamento de Dados do Distrito Federal (SINDPD-DF) e Sindicato das Empresas de Serviços de Informática do Distrito Federal (SIDESEI-DF).
77. **DA PESQUISA DE PREÇOS**
	1. Foram realizadas pesquisas de preços de conformidade com a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 7, de 29 de Agosto de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, inclusive com a utilização do “Caderno de Logística para Pesquisa de Preços”, publicado no Portal www.comprasgovernamentais. gov.br/comprasnet (um guia orientativo que contém os procedimentos administrativos básicos na realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral), segundo a seguinte hierarquia:
78. Portal de Compras Governamentais - [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/);
79. Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;
80. Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;
81. Pesquisa com os fornecedores.
82. **DO PAGAMENTO**
	1. O pagamento será realizado mensalmente, no prazo de até **30(trinta) dias** do mês subsequente ao da realização dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal ou Fatura, em 2(duas) vias, por meio de ordem bancária a ser creditada na conta corrente da Contratada, após o atesto da realização dos serviços pelo Fiscal do Contrato;
	2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada das seguintes comprovações:
		1. Pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;
		2. Prova da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 29](http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/Leis/8666_93.html#art29) da Lei 8.666/93;
		3. Cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração;
		4. Apresentação das folhas de pontos de todos os empregados, com o registro real do horário de entrada e saída, devidamente assinadas, e/ou abonadas pelo Fiscal, se for o caso, correspondente ao mês objeto do faturamento.
	3. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.
83. **DA REPACTUAÇÃO**
	1. De conformidade com o Art. 37 da IN nº 2/2008, será admitida a repactuação dos preços dos serviços após 12(doze) meses, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir;

*Art. 37. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabelece o art. 5º do Decreto nº 2.271, de 1997*.

* + 1. Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório ou;
		2. Da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão-de-obra e estiver vinculado às datas-bases destes instrumentos.
	1. As repactuações a que o Contratado fizer jus, e não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.
1. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
	1. As despesas decorrentes da execução do Contrato oriundo deste Termo de Referência correrão à conta do Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho 25.122.2119.2000.0001, PTRES 091627, Natureza de Despesa 33.90.39, UGR 320016.

1. **DAS PENALIDADES**
	1. Na inexecução parcial ou total de qualquer das obrigações assumidas pela Contratada, poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:
		1. **Advertência**, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
		2. **Multa moratória** de **0,5%** **(meio por cento),** sobre o valor total do Contrato no caso de atraso na sua assinatura, limitado ao montante de 2% (dois por cento);
		3. **Multa moratória diária** de **0,07%** **(**sete décimos por cento**)** sobre o valor total do Contrato, no caso de atraso na comprovação da Garantia, até o limite da mesma;
		4. **Multa moratória diária** de **0,5%** **(meio por cento)** sobre o valor da parcela mensal correspondente, para cada ocorrência, nos seguintes casos:
2. Presença no posto de trabalho, de profissional com vestimenta inadequada ao ambiente de trabalho, suja, mal apresentado e/ou sem crachá de identificação;
3. Deixar de registrar ou controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos empregados;
4. Atraso no pagamento dos salários, férias, 13º salário, vale-transporte, vale refeição/alimentação;
5. Pagamento irregular dos salários, férias, 13º salário, vale-transporte, vale refeição/alimentação;
6. Ausência de profissional, sem reposição.
	* 1. **Multa moratória diária** de **1%** **(um por cento),** sobre o valor do Contrato, no caso de atraso na abertura da conta corrente vinculada de que trata este Termo de Referência, até o limite anual;
		2. **Multa diária** de **5% (cinco por cento)** sobre o valor da parcela mensal correspondente, nos casos de **não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias**, caracterizada como falta grave, que poderá dar ensejo a rescisão do Contrato e impedimento de licitar e contratar com a União;
		3. **Multa diária** de **0,5%** **(meio por cento),** sobre o valor da parcela mensal correspondente, nos casos de **atraso** na entrega das **comprovações** de: controle de frequência, contracheques, ticket alimentação, vale transporte, atestados de afastamentos, transferências e rescisões dos seus empregados, relativas ao pagamento dos serviços;
		4. **Multa diária** de **2%** (dois por cento) sobre o valor total do Contrato no caso de descumprimento de quaisquer outras obrigações não previstas acima;
		5. **Multa compensatória** de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, quando o descumprimento resultar na rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato;
		6. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Contratante, depois de ressarcidos os prejuízos causados e depois de decorrido o prazo das sanções aplicadas nas alíneas anteriores;
		7. **Impedimento** de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos seguintes prazos:
7. Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta: **até 2 anos;**
8. Ensejar o retardamento da execução do objeto do Contrato: até 1 ano;
9. Não mantiver a proposta apresentada na licitação: **até 1 ano**;
10. Não recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas: **até 3 anos**;
11. Falhar ou fraudar na execução do Contrato: até 5 anos e descredenciamento do SICAF;
12. Comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal aqui entendido como a prática de qualquer ato descrito nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93: até **5 anos e descredenciamento do SICAF;**
	1. O(s) valor(es) da(s) multa(s) poderá(ao) ser descontado (s) do pagamento devido à Contratada, da Garantia ou ser recolhido(s) em conta única do Tesouro Nacional, através de GRU, indicada pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Contratante, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir de sua intimação por ofício, incidindo, após esse prazo, atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União; ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.
	2. As sanções administrativas previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, garantida a prévia defesa;
	3. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que repetir-se o motivo, não podendo ultrapassar a 30% do valor do Contrato, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos;
	4. A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir comunicado por escrito pelo Contratante à Contratada, após o regular processo administrativo;
	5. As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas nos casos de força maior, devidamente comprovado, a critério dao Contratante;
	6. O prazo para apresentação de recurso das penalidades aplicadas é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação;
	7. As sanções aplicadas serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF.
13. **DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**
	1. O Contratante descontará do pagamento devido à Contratada, mensalmente, os custos relativos às provisões para garantir o cumprimento das obrigações dos empregados disponibilizados na prestação dos serviços (13º salário; férias e abono de férias; multa do FGTS e impacto sobre férias e 13 º salário) e efetuará os depósitos em conta vinculada específica, de acordo com o **art.** **19-A e Anexo VII da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008**;
	2. Os valores provisionados serão discriminados e obtidos na forma prevista no item 10 do Anexo VII da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008, em planilhas mensais e de modo a possibilitar a sua conferência, conforme tabela abaixo:

| **ITEM** | **PERCENTUAL** |
| --- | --- |
| 13º Salário | 8,33% |
| Férias e abono de férias | 12,10% |
| Adicional do FGTS Rescisão sem justa causa | 5,00% |
| Subtotal | 25,43% |
| GRUPO A sobre férias e 13º salario (\*) | 7,39% | 7,60% | 7,82% |
| Total | 32,82% | 33,03% | 33,25% |

\* Considerando as alíquotas de contribuição 1%, 2% ou 3%, referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previsto no art. 22, da Lei 8.212/91;

* 1. O montante de que trata o Aviso Prévio Trabalhado, 23,33% = (7/30 x 100), deverá ser integralmente depositado na conta durante a primeira vigência do contrato;
	2. Os valores provisionados, depositados na conta corrente vinculada, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa;
	3. Os valores serão liberados quando apresentado pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados relacionados na execução dos serviços;
	4. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à empresa, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado;
	5. O Contratante encaminhará, precedido da assinatura do Contrato, ofício à instituição bancária oficial, solicitando a abertura de conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, no nome da empresa a ser Contratada, a qual, no ato da regularização da conta corrente vinculada assinará termo específico da instituição bancária oficial que permita ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Contratante;
	6. Os valores provisionados somente serão liberados para o pagamento direto das verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:
		1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;
		2. Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;
		3. Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
		4. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias;
		5. O saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado;
	7. A Contratada deverá, no momento da assinatura do Contrato, autorizar o Contratante a fazer a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da Contratada, observada a legislação específica;
	8. A Contratada deverá, ainda, no momento da assinatura do Contrato, autorizar o Contratante a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme disposto neste Termo;
	9. A Contratada poderá solicitar a autorização a Contratante para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados, ocorridos durante a vigência do contrato, devendo apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento ao Contratante, que expedirá, após a confirmação e conferência dos cálculos, a autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos;
	10. A autorização de que trata o item anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva por transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos;
	11. A empresa Contratada deverá apresentar a Contratante, no prazo máximo de 3(três) dias, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;
	12. Em caso de descumprimento das obrigações relativas ao FGTS, por parte da Contratada, ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.
1. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
	1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
2. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
	1. A empresa vencedora deverá encaminhar o recibo de entrega da declaração de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica para fins de comprovação do regime de tributação e adequação da proposta, conforme tabela, quando da assinatura do contrato.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Tributação**  | **ISS** | **PIS** | **COFINS** |
| **Lucro Presumido** | 5%  | 0,65%  | 3,0%  |
| **Lucro Real** | 5%  | 1,65%  | 7,6%  |

* 1. Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência serão esclarecidas e suprimidas pela CPL/SPOA/SE/MME – Comissão Permanente de Licitação, por intermédio da UNIDADE DE GESTÃO DE DOCUMENTOS/Coordenação de Atividades Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME, situada na Sala 126, 1º Andar do Ed. Sede, Bloco “U”, da Esplanada dos Ministérios, fone 2032-5516 e ou fax 2032-5512, Brasília/DF;
	2. Empresa optante pelo Simples Nacional não poderá participar do certame licitatório de que se trata este Termo de Referência, tendo em vista a vedação constante do inciso XII do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006.
	3. A Contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme disposto no § 1º, do Art. 65, da Lei nº 8.666/93, com suas alterações;
	4. Para efeito deste Termo de Referência, o termo Contratante e a sigla MME significam Ministério de Minas e Energia, que contratará os serviços; o termo Contratada define o proponente vencedor do certame licitatório a quem será adjudicada os serviços e o termo Fiscal do Contrato define o servidor que representará a Contratante perante a Contratada e a quem esta última deverá se reportar.
1. **DO FORO**
	1. As questões decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas no foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**ANEXO I-A**

**GUIA DE FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA**

**1**. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada)

1.1. Deve ser elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo. Ela conterá informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços no órgão ou entidade, divididos por contrato, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas.

1.2. A fiscalização das Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS, será feita por amostragem. Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados devem ser conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela empresa e pelo empregado. Devem ser observadas, com especial atenção, a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações), além de demais eventuais alterações dos contratos de trabalho.

1.3. O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo.

1.4. O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria - CCT.

1.5. Devem ser consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para as empresas terceirizadas (por exemplo, se os empregados têm direito a auxílio-alimentação gratuito).

1.6. Deve ser verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, cuja presença levará ao pagamento dos respectivos adicionais aos empregados. Tais condições obrigam a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual - EPI.

1.7. No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação, devidamente autenticada:

a) relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

b) CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada; e

c) exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.

2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura)

2.1 Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de onze por cento sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço.

2.2. Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

2.3 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito - CND, junto ao INSS, a Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

3. Fiscalização diária

3.1 Devem ser evitadas ordens diretas da Administração dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

3.2 Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva do empregador.

3.3 Conferir por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

4. Fiscalização especial

4.1 É necessário observar a data-base da categoria prevista na CCT. Os reajustes dos empregados devem ser obrigatoriamente concedidos pela empresa no dia e percentual previstos, devendo ser verificada pelo gestor do contrato a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, observado o disposto no art. 40 desta Instrução Normativa, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

4.2 A Administração precisa se certificar de que a empresa observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados.

4.3 A Administração precisa se certificar de que a empresa respeita a estabilidade provisória de seus empregados (cipeiro, gestante, e estabilidade acidentária).

5. Fiscalização por amostragem

5.1 A administração deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes.

5.2 A administração deverá solicitar, por amostragem, aos empregados terceirizados os extratos da conta do FGTS, devendo os mesmos ser entregues à Administração.

5.3 O objetivo é que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano (sem que isso signifique que a análise não possa ser realizada mais de uma vez em um mesmo empregado), garantindo assim o "efeito surpresa" e o benefício da expectativa do controle;

5.4 A contratada deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela administração, por amostragem, quaisquer dos seguintes documentos:

5.4.1 Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante, cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante, cópia(s) do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) relativo(s) a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia(s) de recibo(s) de depósito(s) bancário(s);

5.4.2 Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros) a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

6. Fiscalização quando da extinção ou rescisão dos contratos

6.1 A contratada deverá entregar, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), cópias autenticadas dos documentos abaixo relacionados:

6.1.1 termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.1.2 guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referente às rescisões contratuais;

6.1.3 extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

6.1.4 exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.2 A contratada poderá optar pela entrega de cópias não autenticadas, desde que acompanhadas de originais para conferência no local de recebimento.

7. Providências em caso de indícios de irregularidade

7.1 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra deverão oficiar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil - RFB.

7.2 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento do FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho e Emprego.

**ANEXO II**

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**Processo nº** **48000.001216/2016-94**

**Pregão Eletrônico nº** 20/2016

**Data**: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016 às 10:00h

|  |  |
| --- | --- |
| **Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)** |  |
|  |  |  |  |  |  |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)  | 00/09/2016 |
| B | Município/UF  | Brasília/DF |
| C | CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2015/2016 - SINDPD-DF/SIDESEI-DF Data base: 1º de maio | 2015/2016 |
| D | N~~º~~ de meses de execução contratual | 12 |

|  |
| --- |
| **Identificação do Serviço** |
| **Tipo de Serviço** | **Unidade de Medida** | **Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)** |
| **Prestador de Serviço na Operacionalização de GED/ECM (Arquivista Pleno - NS)**  | Posto | 1(um) |

|  |
| --- |
| **Mão-de-obra vinculada à execução contratual** |
| **Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra** |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | **Prestador de Serviço na Operacionalização de GED/ECM (Arquivista Pleno - NS)**  |
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional **(3,5 x o piso de R$ 1.005,98 da CCT2015-2016)** | **R$ 3.420,33** |
| 3 | Categoria profissional (40 hs/semanais) | **Prestador de Serviço na Operacionalização de GED/ECM (Arquivista Pleno - NS)**  |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | 1º de maio de 2016. |

|  |
| --- |
|  **MÓDULO 1 :   COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**  |
| **1** | Composição da Remuneração | % | **Valor (R$)** |
| A | Salário Base | 100% | **3.420,33** |
| B | Adicional  de periculosidade  | 0% |   |
| C | Adicional  de insalubridade  | 0% |   |
| D | Adicional noturno | 0% |   |
| E | Hora noturna adicional | 0% |   |
| F | Adicional de Hora Extra | 0% |   |
| G | Intervalo Intrajornada | 0% |   |
| H | Outros (especificar) | 0% |   |
|   | **Total da Remuneração** | **3.420,33** |

|  |
| --- |
| **MÓDULO 2:   BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS** |
| **2** | **Benefícios Mensais e Diários** | **Valor (R$)** |
| A | Transporte = [21 dias x 2(R$ 4,00 + R$ 2,25) - participação servidor 6% do salário base] Itinerário: Cidade Satélite/Rodoviária PP/Esplanada - Esplanada/Rodoviária PP/Cidade Satélite - CCT-CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TRANSPORTE | 57,28 |
| B | Auxílio alimentação (21 dias x R$ 20,00) - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO  | 420,00 |
| C | Assistência médica e familiar - CCT-CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR - Referência GEAP/2016 (R$213,92 - faixa 29 a 33 anos) - Participação Patronal 60% (Faixa Salarial de R$ 1.670,57 a R$ 2.785,07) | 0,00 |
| D | Auxílio creche |   |
| E |  Auxílio Funeral - CCT - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL (3 vezes Salário Mínimo) - Incidência 6% por ano | 13,20 |
| F |  Salário Família  | 0,00 |
| G | ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA - CCT - CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - MENSALIDADES – ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA - Ref. AMIL - Plano empresa - https://www.planosamildental.com.br/venda/pme/oferta/padrao, em 10.08.2016 | 25,00 |
|   | **Total de Benefícios mensais e diários** | **515,48** |
| Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).  |

|  |
| --- |
| **MÓDULO 3:   INSUMOS DIVERSOS** |
| **3** | **Insumos Diversos** | **Valor (R$)** |
| A | Uniformes |   |
| B | Ferramentas/Equipamentos |   |
| C | Treinamento específico na área de atuação, conforme disposto no Item 11.8 do Termo de Referência - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (valor estimado com base em informações da CODES/CGRH para treinamento similares realizado pelo SENAI) | 52,58 |
|   | **Total de Insumos diversos** | **52,58** |
| Nota: Valores mensais por empregado.  |

|  |
| --- |
| **MÓDULO 4:   ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** |
| **Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:** |
| **4.1** | **Encargos previdenciários e FGTS** | **%** | **Valor (R$)** |
| A | INSS | 20,00% | 684,07 |
| B | SESI ou SESC | 1,50% | 51,30 |
| C | SENAI ou SENAC | 1,00% | 34,20 |
| D | INCRA | 0,20% | 6,84 |
| E | Salário Educação | 2,50% | 85,51 |
| F | FGTS | 8,00% | 273,63 |
| G | Seguro acidente do trabalho | 3,00% | 102,61 |
| H | SEBRAE | 0,60% | 20,52 |
| **TOTAL** | **36,80%** | **1.258,68** |
| Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.  |
| Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração.  |

|  |
| --- |
| **Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias** |
| **4.2** | **13º Salário e Adicional de Férias** | **%** | **Valor (R$)** |
| A | 13 º Salário (8,33%) | 8,33% | 284,91 |
| B | Adicional de Férias (2,78%) | 2,78% | 94,97 |
|   | Subtotal | 11,11% | 379,88 |
| C | Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias | 4,09% | 139,80 |
| **TOTAL** | 15,19% | **519,68** |

|  |
| --- |
| **Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade** |
| **4.3** | Afastamento Maternidade: | **%** | **Valor (R$)** |
| A | Afastamento maternidade (0,074%) | 0,074% | 2,53 |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade | 0,027% | 0,93 |
| **TOTAL** | 0,10% | **3,46** |

|  |
| --- |
| **Submódulo 4.4 -  Provisão para Rescisão** |
| **4.4** | **Provisão para Rescisão** | **%** | **Valor (R$)** |
| A | **Aviso prévio indenizado** (Estimativa: 5% dos empregados serão substituídos durante um ano) **{[0,05x(1/12)]x100} = 0,4117 = 0,42%**  art.487 CLT - Sumula 305/TST, Ac.2.271/2010-TCU, Lei nº 12506/2011. | 0,42% | 14,37 |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio indenizado | 0,15% | 5,29 |
| C | **Multa do FGTS no Aviso Prévio Indenizado** (multa de 40% FGTS + 10% contribuição) x o aviso o prévio indenizado (0,42) **(0,42%)\*0,50 = 0,21** (Art. 18, § 1º da Lei nº 8.036/90,Art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001) | 0,21% | 7,18 |
| D | **Aviso prévio trabalhado** - (redução de 7 dias ou de 2 horas por dia, percentual relativo a contrato de 12 meses)  **[(100%/30) x 7]/12=1,94%**  (Ac.3006/2010-TCU; art.7º, XXI, CF/88, 477, 487 e 491 CLT) | 1,94% | 66,35 |
| E | **Incidência** do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado | 0,71% | 24,42 |
| F | **Multa do FGTS no Aviso Prévio Trabalhado** (multa de 40% FGTS + 10% contribuição) x o aviso o prévio trabalhado) = (1,94)  **(1,94%)\*0,50 = 0,97** (art. 18, § 1º da Lei nº 8.036/90 com redação dada pela Lei nº 9.491/97) | 0,97% | 33,18 |
| **TOTAL** | 4,41% | **150,78** |

|  |
| --- |
| **Submódulo  4.5  – Custo de Reposição do Profissional Ausente** |
| **4.5** | **Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente** | **%** | **Valor (R$)** |
| A | Férias  | 8,33% | 284,91 |
| B | Ausência por doença (Estatística - 5 faltas por/ano) | 1,39% | 47,50 |
| C | Licença paternidade (Estatística 1,5 % trabalhadores/ano) | 0,13% | 4,28 |
| D | Ausências legais (Estatística - 1/ano) | 0,28% | 9,50 |
| E | Ausência por Acidente de trabalho (Estatística IBGE - 8% por ano - 15 dias pagos pela empresa) | 0,33% | 11,29 |
| F | Outros (especificar) | 0,00% |   |
| Subtotal | 10,45% | 357,48 |
| G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição  | 3,85% | 131,55 |
| **TOTAL** | **14,30%** | **489,03** |

|  |
| --- |
| **Quadro - resumo – Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** |
| **4** | **Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** | **%** | **Valor (R$)** |
| 4.1 | Encargos previdenciários e FGTS | 36,80% | 1.258,68 |
| 4.2 | 13 º salário + Adicional de férias  | 15,19% | 519,68 |
| 4.3 | Afastamento maternidade | 0,10% | 3,46 |
| 4.4 | Custo de rescisão | 4,41% | 150,78 |
| 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente | 14,30% | 489,03 |
| 4.6 | Outros (especificar) | 0,00% |   |
| **TOTAL** | **70,80%** | **2.421,65** |

|  |
| --- |
|  **MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**  |
| **5** | **Custos Indiretos, Tributos e Lucro** | **%** | **Valor (R$)** |
| A | Custos Indiretos | 5,00% | 292,10 |
| B | Tributos | 8,65% |   |
|   | B1. Tributos Federais - PIS (0,65% ) + COFINS (3,00) = 3,65% | 3,65% | 288,99 |
|   | B.2  Tributos Estaduais - ISS (5%) (Distrito Federal) | 5,00% | 395,88 |
|   | B.3   Tributos Municipais (especificar) |   |   |
|   | B.4   Outros tributos (especificar) |   |   |
| C | Lucro (8,65%) - Estudo TCU - TC 025.990/2008-2  | 8,65% | 530,60 |
|   | **Total** |   | **1.507,57** |
| Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado. |
| Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento. |

|  |
| --- |
| **Anexo III – B - Quadro-resumo do Custo por Empregado**  |
|   | Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | **%** | (R$) |
| A | Módulo 1 – Composição da Remuneração | 3.420,33 |
| B | Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários | 515,48 |
| C | Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros) | 52,58 |
| D | Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas | 2.421,65 |
| Subtotal (A + B +C+ D) | **6.410,04** |
| E | Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro | 1.507,57 |
| **Valor total por empregado** | **7.917,61** |

**Processo nº** **48000.001216/2016-94**

**Pregão Eletrônico nº** 20/2016

**Data**: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016 às 10:00h

|  |  |
| --- | --- |
| **Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)** |  |
|  |  |  |  |  |  |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)  | 00/09/2016 |
| B | Município/UF  | Brasília/DF |
| C | CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2015/2016 - SINDPD-DF/SIDESEI-DF Data base: 1º de maio | 2015/2016 |
| D | N~~º~~ de meses de execução contratual | 12 |

|  |
| --- |
| **Identificação do Serviço** |
| Tipo de Serviço | Unidade de Medida |  Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) |
| **Prestador de Serviço Especialista em GED/ECM (Assistente de Arquivo Pleno - NM)** | Posto | 1(um) |

|  |
| --- |
| **Mão-de-obra vinculada à execução contratual** |
| **Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra** |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | **Prestador de Serviço Especialista em GED/ECM (Assistente de Arquivo Pleno - NM)** |
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional **(2,1 x o piso de R$ 1.005,98 da CCT2015-2016)** | **R$ 2.162,86** |
| 3 | Categoria profissional (40 hs/semanais) | **Prestador de Serviço Especialista em GED/ECM (Assistente de Arquivo Pleno - NM)** |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | 1º de maio de 2016. |

|  |
| --- |
|  **MÓDULO 1 :   COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**  |
| **1** | Composição da Remuneração | % | **Valor (R$)** |
| A | Salário Base | 100% | **2.162,86** |
| B | Adicional  de periculosidade  | 0% |   |
| C | Adicional  de insalubridade  | 0% |   |
| D | Adicional noturno | 0% |   |
| E | Hora noturna adicional | 0% |   |
| F | Adicional de Hora Extra | 0% |   |
| G | Intervalo Intrajornada | 0% |   |
| H | Outros (especificar) | 0% |   |
|   | **Total da Remuneração** | **2.162,86** |

|  |
| --- |
| **MÓDULO 2:   BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS** |
| **2** | **Benefícios Mensais e Diários** | **Valor (R$)** |
| A | Transporte = [21 dias x 2(R$ 4,00 + R$ 2,25) - participação servidor 6% do salário base] Itinerário: Cidade Satélite/Rodoviária PP/Esplanada - Esplanada/Rodoviária PP/Cidade Satélite - CCT-CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TRANSPORTE | 132,73 |
| B | Auxílio alimentação (21 dias x R$ 20,00) - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO  | 420,00 |
| C | Assistência médica e familiar - CCT-CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR - Referência GEAP/2016 (R$213,92 - faixa 29 a 33 anos) - Participação Patronal 60% (Faixa Salarial de R$ 1.670,57 a R$ 2.785,07) | 128,35 |
| D | Auxílio creche |   |
| E |  Auxílio Funeral - CCT - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL (3 vezes Salário Mínimo) - Incidência 6% por ano | 13,20 |
| F |  Salário Família  | 0,00 |
| G | ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA - CCT - CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - MENSALIDADES – ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA - Ref. AMIL - Plano empresa - https://www.planosamildental.com.br/venda/pme/oferta/padrao, em 10.08.2016 | 25,00 |
|   | **Total de Benefícios mensais e diários** | **719,28** |
| Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).  |

|  |
| --- |
| **MÓDULO 3:   INSUMOS DIVERSOS** |
| **3** | **Insumos Diversos** | **Valor (R$)** |
| A | Uniformes |   |
| B | Ferramentas/Equipamentos |   |
| C | Treinamento específico na área de atuação, conforme disposto no Item 11.8 do Termo de Referência - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (valor estimado com base em informações da CODES/CGRH para treinamento similares realizado pelo SENAI) | 52,58 |
|   | **Total de Insumos diversos** | **52,58** |
| Nota: Valores mensais por empregado.  |

|  |
| --- |
| **MÓDULO 4:   ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** |
| **Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:** |
| **4.1** | **Encargos previdenciários e FGTS** | **%** | **Valor (R$)** |
| A | INSS | 20,00% | 432,57 |
| B | SESI ou SESC | 1,50% | 32,44 |
| C | SENAI ou SENAC | 1,00% | 21,63 |
| D | INCRA | 0,20% | 4,33 |
| E | Salário Educação | 2,50% | 54,07 |
| F | FGTS | 8,00% | 173,03 |
| G | Seguro acidente do trabalho | 3,00% | 64,89 |
| H | SEBRAE | 0,60% | 12,98 |
| **TOTAL** | **36,80%** | **795,93** |
| Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.  |
| Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração.  |

|  |
| --- |
| **Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias** |
| **4.2** | **13º Salário e Adicional de Férias** | **%** | **Valor (R$)** |
| A | 13 º Salário (8,33%) | 8,33% | 180,17 |
| B | Adicional de Férias (2,78%) | 2,78% | 60,06 |
|   | Subtotal | 11,11% | 240,22 |
| C | Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias | 4,09% | 88,40 |
| **TOTAL** | 15,19% | **328,62** |

|  |
| --- |
| **Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade** |
| **4.3** | Afastamento Maternidade: | **%** | **Valor (R$)** |
| A | Afastamento maternidade (0,074%) | 0,074% | 1,60 |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade | 0,027% | 0,59 |
| **TOTAL** | 0,10% | **2,19** |

|  |
| --- |
| **Submódulo 4.4 -  Provisão para Rescisão** |
| **4.4** | **Provisão para Rescisão** | **%** | **Valor (R$)** |
| A | **Aviso prévio indenizado** (Estimativa: 5% dos empregados serão substituídos durante um ano) **{[0,05x(1/12)]x100} = 0,4117 = 0,42%**  art.487 CLT - Sumula 305/TST, Ac.2.271/2010-TCU, Lei nº 12506/2011. | 0,42% | 9,08 |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio indenizado | 0,15% | 3,34 |
| C | **Multa do FGTS no Aviso Prévio Indenizado** (multa de 40% FGTS + 10% contribuição) x o aviso o prévio indenizado (0,42) **(0,42%)\*0,50 = 0,21** (Art. 18, § 1º da Lei nº 8.036/90,Art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001) | 0,21% | 4,54 |
| D | **Aviso prévio trabalhado** - (redução de 7 dias ou de 2 horas por dia, percentual relativo a contrato de 12 meses)  **[(100%/30) x 7]/12=1,94%** (Ac.3006/2010-TCU; art.7º, XXI, CF/88, 477, 487 e 491 CLT) | 1,94% | 41,96 |
| E | **Incidência** do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado | 0,71% | 15,44 |
| F | **Multa do FGTS no Aviso Prévio Trabalhado** (multa de 40% FGTS + 10% contribuição) x o aviso o prévio trabalhado) = (1,94)  **(1,94%)\*0,50 = 0,97**  (art. 18, § 1º da Lei nº 8.036/90 com redação dada pela Lei nº 9.491/97) | 0,97% | 20,98 |
| **TOTAL** | 4,41% | **95,35** |

|  |
| --- |
| **Submódulo  4.5  – Custo de Reposição do Profissional Ausente** |
| **4.5** | **Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente** | **%** | **Valor (R$)** |
| A | Férias  | 8,33% | 180,17 |
| B | Ausência por doença (Estatística - 5 faltas por/ano) | 1,39% | 30,04 |
| C | Licença paternidade (Estatística 1,5 % trabalhadores/ano) | 0,13% | 2,70 |
| D | Ausências legais (Estatística - 1/ano) | 0,28% | 6,01 |
| E | Ausência por Acidente de trabalho (Estatística IBGE - 8% por ano - 15 dias pagos pela empresa) | 0,33% | 7,14 |
| F | Outros (especificar) | 0,00% |   |
| Subtotal | 10,45% | 226,05 |
| G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição  | 3,85% | 83,19 |
| **TOTAL** | **14,30%** | **309,24** |

|  |
| --- |
| **Quadro - resumo – Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** |
| **4** | **Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** | **%** | **Valor (R$)** |
| 4.1 | Encargos previdenciários e FGTS | 36,80% | 795,93 |
| 4.2 | 13 º salário + Adicional de férias  | 15,19% | 328,62 |
| 4.3 | Afastamento maternidade | 0,10% | 2,19 |
| 4.4 | Custo de rescisão | 4,41% | 95,35 |
| 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente | 14,30% | 309,24 |
| 4.6 | Outros (especificar) | 0,00% |   |
| **TOTAL** | **70,80%** | **1.531,34** |

|  |
| --- |
|  **MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**  |
| **5** | **Custos Indiretos, Tributos e Lucro** | **%** | **Valor (R$)** |
| A | Custos Indiretos | 5,00% | 184,71 |
| B | Tributos | 8,65% |   |
|   | B1. Tributos Federais - PIS (0,65% ) + COFINS (3,00) = 3,65% | 3,65% | 199,23 |
|   | B.2  Tributos Estaduais - ISS (5%) (Distrito Federal) | 5,00% | 272,92 |
|   | B.3   Tributos Municipais (especificar) |   |   |
|   | B.4   Outros tributos (especificar) |   |   |
| C | Lucro (8,65%) - Estudo TCU - TC 025.990/2008-2  | 8,65% | 335,53 |
|   | **Total** |   | **992,39** |
| Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado. |   |
| Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento. |   |

|  |
| --- |
| **Quadro-resumo do Custo por Empregado**  |
|   | Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | **%** | (R$) |
| A | Módulo 1 – Composição da Remuneração | 2.162,86 |
| B | Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários | 719,28 |
| C | Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros) | 52,58 |
| D | Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas | 1.531,34 |
| Subtotal (A + B +C+ D) | **4.466,05** |
| E | Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro | 992,39 |
| **Valor total por empregado** | **R$ 5.458,44** |

|  |
| --- |
| **PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DOCUMENTAL - LUCRO PRESUMIDO 2016** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |

|  |
| --- |
|  **Quadro-Resumo – VALOR MENSAL E ANUAL DOS SERVIÇOS** |
| **Tipo de serviço** | **Valor proposto por empregado (R$)** | **Qtd de empregados por posto** | **Valor proposto por posto (R$)** | **Qtd de postos** | **Valor total do serviço (R$)** |
| **(A)** | **(B)** | **(C)** | **(D) = (B x C)** | **(E)** | **(F) = (D x E)** |
| I | Prestador de Serviço na Operacionalização de GED/ECM (Arquivista Pleno - NS)  |  7.917,61  | 1 |  7.917,61  | 1 |  7.917,61  |
| II | Prestador de Serviço Especialista em GED/ECM (Assistente de Arquivista Pleno- NM) |  5.458,44  | 1 |  5.458,44  | 7 |  38.209,10  |
| **VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I + II )** |  **46.126,71**  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| **Quadro - Demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA** |
| **Valor Global da Proposta** |
|   | **Descrição** | **Valor (R$)** |
| **A** | **Valor proposto por unidade de medida \*** |   |
| A1 | Prestador de Serviço na Operacionalização de GED/ECM (Arquivista Pleno - NS)  | 7.917,61 |
| A2 | Prestador de Serviço Especialista em GED/ECM (Assistente de Arquivista Pleno- NM) | 38.209,10 |
| **B** | **Valor mensal do serviço** | **46.126,71** |
| **C** | **Valor global anual da proposta (valor mensal do serviço X 12 meses do contrato).** | **553.520,52** |
| Nota (1): Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço. |

**ANEXO III**

**MODELO PROPOSTA DE PREÇOS**

**(Em papel timbrado da licitante)**

AO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

BRASÍLIA-DF

Ref.: **Pregão Eletrônico Nº 20/2016-MME**

 Prezados Senhores,

Apresentamos a V.Sa. a nossa proposta para a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados na área de suporte à Gestão Documental**, por meio da disponibilização de empregados terceirizados, na forma de postos de trabalho, para o Ministério de Minas e Energia, situado no Bloco U, Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, conforme especificações técnicas, quantitativos e demais condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.

A presente proposta para a prestação de **serviços de suporte à Gestão Documental**, será pelo preço mensal de R$ \_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_), perfazendo o valor total global para 12 (doze) meses de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_).

**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA TODAS AS CATEGORIAS**

**Processo nº** **48000.001216/2016-94**

**Pregão Eletrônico nº** 20/2016

**Data**: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016 às 10:00h

|  |  |
| --- | --- |
| **Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)** |  |
|  |  |  |  |  |  |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)  | 00/09/2016 |
| B | Município/UF  | Brasília/DF |
| C | CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2015/2016 - SINDPD-DF/SIDESEI-DF Data base: 1º de maio | 2015/2016 |
| D | N~~º~~ de meses de execução contratual | 12 |

|  |
| --- |
| **Identificação do Serviço** |
| Tipo de Serviço | Unidade de Medida |  Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) |
|  | Posto | 1(um) |

|  |
| --- |
| **Mão-de-obra vinculada à execução contratual** |
| **Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra** |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) |  |
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional  | **R$**  |
| 3 | Categoria profissional (40 hs/semanais) | **Prestador de Serviço Especialista em GED/ECM**  |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | 1º de maio de 2016. |

|  |
| --- |
|  **MÓDULO 1 :   COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**  |
| **1** | Composição da Remuneração | % | **Valor (R$)** |
| A | Salário Base | 100% |  |
| B | Adicional  de periculosidade  | 0% |   |
| C | Adicional  de insalubridade  | 0% |   |
| D | Adicional noturno | 0% |   |
| E | Hora noturna adicional | 0% |   |
| F | Adicional de Hora Extra | 0% |   |
| G | Intervalo Intrajornada | 0% |   |
| H | Outros (especificar) | 0% |   |
|   | **Total da Remuneração** |  |

|  |
| --- |
| **MÓDULO 2:   BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS** |
| **2** | **Benefícios Mensais e Diários** | **Valor (R$)** |
| A | Transporte = [21 dias x 2(R$ 4,00 + R$ 2,25) - participação servidor 6% do salário base] Itinerário: Cidade Satélite/Rodoviária PP/Esplanada - Esplanada/Rodoviária PP/Cidade Satélite - CCT-CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TRANSPORTE |  |
| B | Auxílio alimentação (21 dias x R$ 20,00) - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO  |  |
| C | Assistência médica e familiar - CCT-CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR - Referência GEAP/2016 (R$213,92 - faixa 29 a 33 anos) - Participação Patronal 60% (Faixa Salarial de R$ 1.670,57 a R$ 2.785,07) |  |
| D | Auxílio creche |  |
| E |  Auxílio Funeral - CCT - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL (3 vezes Salário Mínimo) - Incidência 6% por ano |  |
| F |  Salário Família  |  |
| G | ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA - CCT - CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - MENSALIDADES – ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA - Ref. AMIL - Plano empresa - https://www.planosamildental.com.br/venda/pme/oferta/padrao, em 10.08.2016 |  |
|   | **Total de Benefícios mensais e diários** |  |
| Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).  |

|  |
| --- |
| **MÓDULO 3:   INSUMOS DIVERSOS** |
| **3** | **Insumos Diversos** | **Valor (R$)** |
| A | Uniformes |   |
| B | Ferramentas/Equipamentos |   |
| C | Treinamento específico na área de atuação, conforme disposto no Item 11.8 do Termo de Referência - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (valor estimado com base em informações da CODES/CGRH para treinamento similares realizado pelo SENAI) |  |
|   | **Total de Insumos diversos** |  |
| Nota: Valores mensais por empregado.  |

|  |
| --- |
| **MÓDULO 4:   ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** |
| **Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:** |
| **4.1** | **Encargos previdenciários e FGTS** | **%** | **Valor (R$)** |
| A | INSS |  |  |
| B | SESI ou SESC |  |  |
| C | SENAI ou SENAC |  |  |
| D | INCRA |  |  |
| E | Salário Educação |  |  |
| F | FGTS |  |  |
| G | Seguro acidente do trabalho |  |  |
| H | SEBRAE |  |  |
| **TOTAL** |  |  |
| Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.  |
| Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração.  |

|  |
| --- |
| **Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias** |
| **4.2** | **13º Salário e Adicional de Férias** | **%** | **Valor (R$)** |
| A | 13 º Salário (8,33%) |  |  |
| B | Adicional de Férias (2,78%) |  |  |
|   | Subtotal |  |  |
| C | Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias |  |  |
| **TOTAL** |  |  |

|  |
| --- |
| **Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade** |
| **4.3** | Afastamento Maternidade: | **%** | **Valor (R$)** |
| A | Afastamento maternidade (0,074%) |  |  |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade |  |  |
| **TOTAL** |  |  |

|  |
| --- |
| **Submódulo 4.4 -  Provisão para Rescisão** |
| **4.4** | **Provisão para Rescisão** | **%** | **Valor (R$)** |
| A | **Aviso prévio indenizado** (Estimativa: 5% dos empregados serão substituídos durante um ano) **{[0,05x(1/12)]x100} = 0,4117 = 0,42%**  art.487 CLT - Sumula 305/TST, Ac.2.271/2010-TCU, Lei nº 12506/2011. |  |  |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio indenizado |  |  |
| C | **Multa do FGTS no Aviso Prévio Indenizado** (multa de 40% FGTS + 10% contribuição) x o aviso o prévio indenizado (0,42) **(0,42%)\*0,50 = 0,21** (Art. 18, § 1º da Lei nº 8.036/90,Art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001) |  |  |
| D | **Aviso prévio trabalhado** - (redução de 7 dias ou de 2 horas por dia, percentual relativo a contrato de 12 meses)  **[(100%/30) x 7]/12=1,94%** (Ac.3006/2010-TCU; art.7º, XXI, CF/88, 477, 487 e 491 CLT) |  |  |
| E | **Incidência** do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado |  |  |
| F | **Multa do FGTS no Aviso Prévio Trabalhado** (multa de 40% FGTS + 10% contribuição) x o aviso o prévio trabalhado) = (1,94)  **(1,94%)\*0,50 = 0,97**  (art. 18, § 1º da Lei nº 8.036/90 com redação dada pela Lei nº 9.491/97) |  |  |
| **TOTAL** |  |  |

|  |
| --- |
| **Submódulo  4.5  – Custo de Reposição do Profissional Ausente** |
| **4.5** | **Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente** | **%** | **Valor (R$)** |
| A | Férias  |  |  |
| B | Ausência por doença (Estatística - 5 faltas por/ano) |  |  |
| C | Licença paternidade (Estatística 1,5 % trabalhadores/ano) |  |  |
| D | Ausências legais (Estatística - 1/ano) |  |  |
| E | Ausência por Acidente de trabalho (Estatística IBGE - 8% por ano - 15 dias pagos pela empresa) |  |  |
| F | Outros (especificar) |  |  |
| Subtotal |  |  |
| G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição  |  |  |
| **TOTAL** |  |  |

|  |
| --- |
| **Quadro - resumo – Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** |
| **4** | **Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** | **%** | **Valor (R$)** |
| 4.1 | Encargos previdenciários e FGTS |  |  |
| 4.2 | 13 º salário + Adicional de férias  |  |  |
| 4.3 | Afastamento maternidade |  |  |
| 4.4 | Custo de rescisão |  |  |
| 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente |  |  |
| 4.6 | Outros (especificar) |  |  |
| **TOTAL** |  |  |

|  |
| --- |
|  **MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**  |
| **5** | **Custos Indiretos, Tributos e Lucro** | **%** | **Valor (R$)** |
| A | Custos Indiretos |  |  |
| B | Tributos |  |  |
|   | B1. Tributos Federais - PIS (0,65% ) + COFINS (3,00) = 3,65% |  |  |
|   | B.2  Tributos Estaduais - ISS (5%) (Distrito Federal) |  |  |
|   | B.3   Tributos Municipais (especificar) |   |   |
|   | B.4   Outros tributos (especificar) |   |   |
| C | Lucro (8,65%) - Estudo TCU - TC 025.990/2008-2  |  |  |
|   | **Total** |  |  |
| Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado. |   |
| Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento. |   |

|  |
| --- |
| **Quadro-resumo do Custo por Empregado**  |
|   | Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | (R$) |
| A | Módulo 1 – Composição da Remuneração |  |
| B | Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários |  |
| C | Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros) |  |
| D | Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas |  |
| Subtotal (A + B +C+ D) |  |
| E | Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro |  |
| **Valor total por empregado** |  |

|  |
| --- |
| **PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DOCUMENTAL - LUCRO PRESUMIDO 2016** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |

|  |
| --- |
|  **Quadro-Resumo – VALOR MENSAL E ANUAL DOS SERVIÇOS** |
| **Tipo de serviço** | **Valor proposto por empregado (R$)** | **Qtd de empregados por posto** | **Valor proposto por posto (R$)** | **Qtd de postos** | **Valor total do serviço (R$)** |
| **(A)** | **(B)** | **(C)** | **(D) = (B x C)** | **(E)** | **(F) = (D x E)** |
| I | Prestador de Serviço na Operacionalização de GED/ECM (Arquivista Pleno - NS)  |  |  |  |  |  |
| II | Prestador de Serviço Especialista em GED/ECM (Assistente de Arquivista Pleno- NM) |  |  |  |  |  |
| **VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I + II )** |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| **Quadro - Demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA** |
| **Valor Global da Proposta** |
|   | **Descrição** | **Valor (R$)** |
| **A** | **Valor proposto por unidade de medida \*** |   |
| A1 | Prestador de Serviço na Operacionalização de GED/ECM (Arquivista Pleno - NS)  |  |
| A2 | Prestador de Serviço Especialista em GED/ECM (Assistente de Arquivista Pleno- NM) |  |
| **B** | **Valor mensal do serviço** |  |
| **C** | **Valor global anual da proposta (valor mensal do serviço X 12 meses do contrato).** |  |
| Nota (1): Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço. |

OBSERVAÇÕES:

* + - * 1. A licitante deverá preencher **uma planilha para cada posto**, sob pena de desclassificação, de acordo com o modelo apresentado pelo Ministério de Minas e Energia, cujos percentuais e valores informados deverão retratar a exequibilidade da proposta, de acordo com a legislação vigente;
				2. **A utilização de outro modelo de planilha ensejará a desclassificação da licitante;**
				3. A licitante deverá indicar e adequar a sua planilha à respectiva Convenção Coletiva, no que couber;
				4. Consoante o disposto na Instrução Normativa IN/SLTI/MPOG nº 02/2008 não deverão compor os tributos o IRPJ e a CSLL.
				5. As alíquotas dos tributos deverão ser cotados em conformidade com a natureza de cada licitante, observando a legislação vigente, em especial a InstruçãoNormativa IN/SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e suas alterações, as Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal, a Lei Complementar nº 123/2006, quando for o caso, e o Decreto – GDF nº 25.508/2005;
				6. A adjudicação ficará condicionada à apresentação de novas planilhas, durante a sessão de abertura, contemplando o último lance da detentora do menor preço, observando o disposto nos itens 1, 2, 3 e 4 acima.
				7. Em razão da natureza dos serviços, objeto desta contratação, consoante a legislação vigente, as empresas na condição de **microempresas ou empresas de pequeno porte não poderão apresentar alíquotas de tributos tomando por base a sua opção pelo SIMPLES**, ou seja, deverão fazer a sua cotação como todas as demais empresas;
				8. Considerando, para todos os efeitos, a prestação dos serviços em 22 dias úteis, com relação ao vale transporte, informamos que o parâmetro mínimo admissível por empregado é a cotação do trecho Cidade Satélite x Local de Trabalho e vice-versa, facultada, conforme convier à licitante, a cotação do trecho Cidade Satélite x Rodoviária x Local de Trabalho e vice versa, Todavia, ficam as licitantes alertadas que a vencedora do certame deverá arcar com os custos de passagens de quaisquer valores, incluindo-se aí aqueles relativos às cidades do entorno do Distrito Federal. Para tanto, caberá a cada licitante avaliar o contexto deste tipo de serviços e se for o caso, fazer a previsão em lucro ou despesas administrativas, pois não serão aceitos pleitos de acréscimos decorrentes de cotação insuficiente para cobrir os custos reais na execução dos serviços.

**8.1** O parâmetro acima, para o fornecimento de vale transporte, refere-se ao histórico das últimas contratações efetuadas pelo MME.

**9** Caso a licitante apresente valores ou índices diversos dos utilizados na planilha estimada **Anexo IV**, deverá apresentar **JUSTIFICATIVA e MEMÓRIA DE CÁLCULO**.

**10** A planilha constante do **ANEXO IV é EXEMPLIFICATIVA**. Contudo os tributos e encargos não poderão ser cotados em percentuais diversos do previsto na legislação vigente que rege a matéria.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, façam parte da prestação dos serviços, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Tel/Fax: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Endereço:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CEP:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Cidade:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_UF:\_\_\_\_\_\_\_

CPF/MF:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Cargo/Função:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Cart.ldent nº:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Expedido por: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Naturalidade:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nacionalidade:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 Brasília, de de 2016.

Atenciosamente,

Proponente

Assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) do proponente

Nome(s), endereço, Fax e telefone para contato.

**ANEXO IV**

**MODELOS DE DECLARAÇÕES**

|  |
| --- |
| **Declaração** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Nome da empresa) inscrita no CNPJ no \_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **declara**, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.Local e Data\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Assinatura do representante legal) |

|  |
| --- |
| **Declaração**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (Nome da empresa) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**,** portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.Local e Data\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Assinatura do representante legal) |

## Declaração

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Nome da empresa)\_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**,** portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA** **que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados que executam trabalho degradante ou forçado,** observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Local e Data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Assinatura do representante legal)

|  |
| --- |
| **Declaração****ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**(**Identificação da Licitação**)(**Identificação completa do representante da licitante**), como representante devidamente constituído de (**Identificação completa da licitante**) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital de **Pregão Eletrônico nº** **20/2016,** declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:1. a proposta apresentada para participar da (**identificação da licitação**) foi elaborada de maneira independente pela Licitante e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (**identificação da licitação**), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (**identificação da licitação**) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (**identificação da licitação**), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
3. que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (**identificação da licitação**) quanto a participar ou não da referida licitação;
4. que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (**identificação da licitação**) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (**identificação da licitação**) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
5. que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (**identificação da licitação**) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Ministério de Minas e Energia antes da abertura oficial das propostas; e
6. que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2016.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(representante legal da licitante no âmbito da licitação, com identificação completa) |

**Declaração**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2016-MME**

**Processo nº 48000.001216/2016-94**

A (nome/razão social) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Senhor (a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei.

Local e data.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante legal, com identificação completa

|  |
| --- |
| **MODELO DE DECLARAÇÃO**(Redação dada pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****DECLARO** que a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) no\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrição estadual no\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública, vigentes na data da apresentação da nossa proposta:**\*** Nome do Órgão/Empresa Vigência do Contrato Valor total do Contrato\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Valor total dos Contratos **R$**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_).**DECLARO** que 1/12 (uma doze avos) dos Contratos firmados e acima elencados não é superior ao Patrimônio Líquido da empresa conforme cálculos demonstrativos abaixo:(**\*\***O modelo dos cálculos demonstrativos estão anexos e disponíveis no *Comprasnet*)**Observações**:**\***Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o **endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes, bem como anexar a esta declaração cópia dos respectivos contratos.****\*\***A diferença entre a Declaração de Compromissos Assumidos e a Receita Bruta **não pode ser superior a 10% para mais ou para menos**.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2016. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Assinatura e carimbo do emissor/empresa |

|  |
| --- |
| **cálculos demonstrativos disponíveis no *Comprasnet***a) CÁLCULO REFERENTE A 1/12 AVOS DOS CONTRATOS FIRMADOS PARA FINS DE ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOSCálculo demonstrativo visando a comprovar que o Patrimônio Líquido **é superior** a 1/12 (um doze avos) do valor dos Contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada.Fórmula de cálculo: **Valor do Patrimônio Líquido x 12 >1 =>** Esse resultado deverá ser superior a 1.**Valor total dos contratos**  **Exemplo:** Declaração – R$ 120.000,00 (valor total dos Contratos vigentes)Patrimônio Líquido deve ser superior a R$ 10.000,00 (1/12 avos de R$ 120.000,00 = R$ 10.000,00)**Exemplo numérico 1**: considerando o Patrimônio Líquido de R$ 20.000,00Valor do Patrimônio Líquido: R$ 20.000,00Valor Total dos Contratos: R$ 120.000,00Cálculo:20.000 x 12 = 2 >1         120.000 Cálculo demonstrativo visando a comprovar que o Patrimônio Líquido **não é** superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos Contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada.**Exemplo numérico 2:** considerando o Patrimônio Líquido de R$ 5.000,00Valor do Patrimônio Líquido – R$ 5.000,00Valor Total dos Contratos – R$ 120.000,00Cálculo:5.000 x 12 = 0,5 <1       120.000b) CÁLCULO DEMONSTRATIVO DO VALOR DA RECEITA BRUTA DISCRIMINADA NA DRE EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL CONSTANTE NA DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  Fórmula de cálculo: **(Valor da Receita Bruta – Valor total dos Contratos) x 100 =** **Valor da Receita Bruta**  Obs.: caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo) em relação à receita bruta, a licitante deverá **apresentar as devidas justificativas**.**Exemplo numérico 1:** considerando a Receita Bruta de R$ 130.000,00; considerando o Valor Total dos Contratos – R$ 120.000,00**Cálculo: (**130.000 – 120.000) x 100 = 7,69% < 10%                       130.000Obs. Para essa situação, **não é** necessário justificativa.**Exemplo numérico 2:** considerando a Receita Bruta de R$ 150.000,00; considerando o Valor Total dos Contratos – R$ 120.000,00**Cálculo: (**150.000 – 120.000) x 100 = 20% > 10%                              150.000Obs. Para essa situação, **não é** necessário justificativa. |

**ANEXO V**

**MODELOS DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Contratação de empresa especializada, para prestação de **serviços continuados na área de suporte à Gestão Documental**, por meio da disponibilização de empregados terceirizados, na forma de postos de trabalho, para o Ministério de Minas e Energia, situado no Bloco U, Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome da empresa |  |
| CNPJ |  |
| Endereço |  |
| Telefones | Fixo | Celular |  |
| E-mail |  |
| Contatos |  |
| Responsável |  |  |
| Assinatura |  |

 Declara, sob as penas da lei, que vistoriou o local e que conhece as condições em que serão executados os serviços, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

Brasília/DF,..................de.....................................de 2016

.......................................................................................................................................

Coordenação de Atividades Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME

**ANEXO VI**

**MODELOS DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CONTA VINCULADA**

|  |
| --- |
| Em cumprimento do disposto no **art. 19-A** e no **Anexo VII** da **Instrução Normativa** **nº 02, de 30 de abril de 2008 e alterações,** da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a empresa: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA** ao Ministério de Minas e Energia que obedecerá rigorosamente o seguinte procedimento:**1º)** No ato da assinatura do Contrato, a empresa fornecerá os dados da Agência bancária da conta vinculada (número, nome, endereço e telefone da agência). A partir da comunicação dos dados não poderá alterar/trocar a Agência bancária, somente em casos excepcionais, com comprovada justificativa, por escrito, aceita e autorizada pelo MME;**2º)** O MME comunicará à Agência bancária oficial do Governo, estabelecida na Asa Norte/DF;**3º)** A Agência Governo comunicará a Agência bancária escolhida pelo Contratado a instrução de procedimentos e a autorização;**4º)** Agência bancária convocará o Contratado para os procedimentos bancários:providenciar, excepcionalmente, **abertura de Conta Corrente** vinculada (bloqueada para movimentação), em nome da Proponente acima indicada, no **prazo máximo de 30 (trinta) dias da assinatura do Contrato**, destinada a receber créditos ao amparo da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Instrução Normativa nº 02/2008 a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato/MME n.º \_\_\_\_\_\_ firmado de acordo com a publicação no Diário Oficial da União no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/ 2015, página nº \_\_\_ e na qual deverão ser depositados todo e qualquer valor destinado a essas provisões.**Declara**, ainda, ter conhecimento de que os valores depositados somente poderão ser movimentados ou utilizados mediante autorização do Ministério de Minas e Energia, exclusivamente para as situações previstas na Instrução Normativa IN SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_ de 2016.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Representante da licitanteDados do Representante:Qualificação do Representante:Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Cargo ou função: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Documento de identidade nº: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Órgão expedidor: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |

**ANEXO VII**

**MODELOS DE AUTORIZAÇÃO PARA RETENÇÃO E DEPÓSITO**

|  |
| --- |
|  Em cumprimento do disposto no **art. 19-A** e no **Anexo VII** da **Instrução Normativa** **nº 02, de 30 de abril de 2008 e alterações,** da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejament0, Orçamento e Gestão, a empresa: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **AUTORIZA** o Ministério de Minas e Energia a:Efetivar descontos na fatura mensal relativos aos valores correspondentes aos **salários e demais verbas trabalhistas** devidas aos empregados, sempre que houver falha no cumprimento dessas obrigações, tais como pagamentos não efetuados no prazo legal, ou pagos com falta ou incorreção, e até à regularização da obrigação, efetivar os depósitos nas respectivas contas correntes, relativos aos empregados vinculados ao Contrato para prestação dos serviços terceirizados, objeto do **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2016**, processo nº **48000.001216/2016-94**; e**Declara**, ainda, que dentro do prazo de **10 (dez) dias** da assinatura do Contrato para a prestação dos serviços fornecerá ao Ministério de Minas e Energia, a relação individualizada dos empregados, indicando o nome e o número (código) do Banco, da Agência e da Conta Corrente para depósito dos salários, nome e CPF do empregado, sua função e o valor total de sua remuneração, bem como todos os demais dados necessários para o cumprimento das disposições desta autorização.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_ de 2016.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Representante da licitanteQualificação do Representante:Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Cargo ou função: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Documento de identidade nº: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Órgão expedidor: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |

**ANEXO VIII**

**MINUTA DE CONTRATO**

Processo nº **48000.001216/2016-94**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 00/2016, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA E A EMPRESA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.**

 A União, por intermédio do **Ministério de Minas e Energia**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, na cidade de Brasília/Distrito Federal, CEP 70.065-900, inscrito no CNPJ sob nº37.115.383/0001-53, neste ato representado por seu **Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**, Senhor **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**, com fundamento no Artigo 42, inciso VIII do Regimento Interno da Secretaria Executiva/MME aprovada pela Portaria SE/MME nº \_\_\_\_\_\_, de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_, inscrito no CPF nº ................................. , portador da Carteira de Identidade nº ............................., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) .............................. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ............................, sediado(a) na ..................................., em ............................. doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....................., portador(a) da Carteira de Identidade nº ................., expedida pela (o) .................., e CPF nº ........................., tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº **48000.001216/2016-94** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, e demais disposições aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 00/2016**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para **prestação de serviços continuados na área de suporte à Gestão Documental**, por meio da disponibilização de empregados terceirizados, na forma de postos de trabalho, para o Ministério de Minas e Energia, situado no Bloco U, Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência – **Anexo I** do Edital.

 1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta da vencedora, com os documentos que a compõem independentemente de transcrição.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **12 (doze) meses**, conforme fixado no Edital, com início na data de ........../......../........ e encerramento em ........../........./......... , podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

* + 1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
		2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
		3. O valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
		4. A Contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
		5. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
	1. A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de Termo Aditivo.
1. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO
	1. O valor mensal da contratação é de R$ .................... (.....), perfazendo o valor total anual de R$ ...................... (....), resultante da aplicação do preço total indicado na planilha abaixo e na proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº **00/2016**.

|  |
| --- |
| **Quadro-Resumo – VALOR MENSAL E ANUAL DOS SERVIÇOS** |
| **Tipo de serviço** | **Valor proposto por empregado (R$)** | **Qtd de empregados por posto** | **Valor proposto por posto (R$)** | **Qtd de postos** | **Valor total do serviço (R$)** |
| **(A)** | **(B)** | **(C)** | **(D) = (B x C)** | **(E)** | **(F) = (D x E)** |
| I | Prestador de Serviço na Operacionalização de GED/ECM (Arquivista Pleno - NS)  |  |  |  |  |  |
| II | Prestador de Serviço Especialista em GED/ECM (Assistente de Arquivista Pleno- NM) |  |  |  |  |  |
| **VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I + II )** |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| **Quadro - Demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA** |
| **Valor Global da Proposta** |
|   | **Descrição** | **Valor (R$)** |
| **A** | **Valor proposto por unidade de medida \*** |   |
| A1 | Prestador de Serviço na Operacionalização de GED/ECM (Arquivista Pleno - NS)  |  |
| A2 | Prestador de Serviço Especialista em GED/ECM (Assistente de Arquivista Pleno- NM) |  |
| **B** | **Valor mensal do serviço** |  |
| **C** | **Valor global anual da proposta (valor mensal do serviço X 12 meses do contrato).** |  |

* 1. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação.
1. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
	1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 320016; PTRES: 091627; Programa de Trabalho: 2512221192000 0001; Elemento de Despesa: 33.90.39, UGR: 320016.

* 1. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.
1. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO
	1. O prazo para pagamento à Contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
2. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO
	1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela Contratada e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à Contratada justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação do Contratante, na forma estatuída no Decreto n° 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 2008.
	2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
	3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
		1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida por este Contrato;
		2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;
		3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação da proposta constante do Edital.
	4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
	5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida por este Contrato, ou na data do encerramento da vigência deste Contrato, caso não haja prorrogação.
	6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
	7. Nessas condições, se a vigência do Contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
		1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
		2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
		3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
	8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível o Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
	9. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
	10. O Contratante não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.
	11. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida por este Contrato.
	12. A CONTRATADA deverá demonstrar a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovar o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:
		1. os preços praticados no mercado ou em outros Contratos da Administração;
		2. as particularidades do Contrato em vigência;
		3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;
		4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
		5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.
		6. O Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.
	13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
		1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
		2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
		3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
	14. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
	15. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
	16. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
	17. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao Contrato.
3. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia conforme disposto no instrumento convocatório e no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, no prazo de **10 (dez) dias**, observadas as condições previstas no Edital.

* 1. A garantia prevista em edital, somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.
1. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO
	1. Os serviços definidos no objeto deste Instrumento serão de execução indireta no regime de empreitada por preço global, em conformidade com o estabelecido no artigo 10, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93.
	2. A Fiscalização pelo Contratante está prevista no Termo de Referência, Anexo I do Edital e Anexo I-A do Termo de Referência.
2. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA
	1. As obrigações do Contratante e da Contratada são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
3. CLÁUSULA DÉCIMA – CRITÉRIOS DE SUSTENTATBILIDADE
	1. Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3o da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG no 01, de 19 de janeiro de 2010, considerando ainda, os critérios estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
4. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
	1. Se a Contratada incorrer na inexecução parcial ou total de qualquer das condições previstas no Contrato e seus Anexos, poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe as seguintes penalidades:
		1. advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
		2. multa moratória diária de **0,5% (meio por cento),** sobre o valor total do Contrato no caso de atraso na sua assinatura, limitado ao montante de **2% (**dois por cento);
		3. multa moratória diária de **0,07%** **(sete décimos por cento)** sobre o valor da garantia do Contrato, no caso de atraso na sua entrega, limitado ao montante de 2% (dois por cento);
		4. multa moratória diária de **0,5%** **(meio por cento)** sobre o valor da parcela mensal correspondente, para cada ocorrência nos seguintes casos:

**d1** – presença no posto de trabalho, de profissional com vestimenta inadequada ao ambiente de trabalho, suja, mal apresentado e/ou sem crachá de identificação;

**d2** – deixar de registrar ou controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos empregados;

**d3** – atrasar o pagamento dos salários, inclusive férias e 13º salário, vale-transporte e/ou vale refeição/, encargos sociais e trabalhistas.

**d4** – pagamento irregular dos salários, inclusive férias e 13º salário, vale-transporte e/ou vale refeição, encargos sociais e trabalhistas.

**d5** – ausência de profissional, sem reposição.

* + 1. **multa diária** de **1%** **(um por cento),** sobre o valor do Contrato, em caso de atraso na abertura da conta corrente de que trata o item 13 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
		2. **multa diária** de **5% (cinco por cento)** sobre o valor da parcela mensal correspondente, nos casos de **não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias**, caracterizada como falta grave, que poderá dar ensejo a rescisão do Contrato e impedimento de licitar e contratar com a União;
		3. **multa diária** de **0,5%** **(meio por cento),** sobre o valor da parcela mensal correspondente, nos casos de **atraso** na entrega das **comprovações** de: controle de frequência, contracheques, ticket alimentação, vale transporte, atestados de afastamentos, transferências e rescisões dos seus empregados, relativas ao pagamento dos serviços
		4. **multa diária** de **2%** (**dois por cento)** sobre o valor total do Contrato, nos casos de descumprimento de quaisquer outras obrigações não previstas acima;
		5. **multa compensatória** de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, quando o descumprimento resultar na rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital;
		6. **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o MME, depois de ressarcido dos prejuízos causados e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada no item anterior.
	1. O(s) valor(es) da(s) multa(s) poderá(ao) ser descontado (s) do pagamento, ou da garantia prestada, ou ser recolhido(s) em conta única do Tesouro Nacional, por meio de GRU, indicada pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Contratante, no prazo de até **05 (cinco) dias** úteis, a partir de sua intimação por ofício, incidindo, após esse prazo, atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União; ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.
	2. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
	3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
	4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
	5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
1. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO
	1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
	2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
	3. A CONTRATADA reconhece os direitos do Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
	4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
		1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
		2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
		3. Indenizações e multas.
2. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES
	1. É vedado à CONTRATADA:
		1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
		2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do Contratante, salvo nos casos previstos em lei.
3. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES
	1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
	2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.
	3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.
4. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS
	1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
5. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO
	1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
6. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – COMUNICAÇÕES**
	1. Eventuais correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste Contrato e o assunto específico da correspondência.
	2. As comunicações feitas ao Contratante deverão ser endereçadas à Coordenação Geral de Compras e Contratos do Ministério de Minas e Energia, situada na Esplanada dos Ministérios, bloco U, sala 450-A, CEP 70.065-900, Telefone (61) 3319.5464.
	3. As comunicações feitas à Contratada deverão ser endereçadas a empresa .................... , estabelecida no .............................., CEP: .....................
7. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO
	1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

18.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília, de de 2016.

Pelo CONTRATANTE:

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Ministério de Minas e Energia

**Pela CONTRATADA:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome: Nome:

CPF/MF: CPF/MF:

**ANEXO IX**

**TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL**

|  |
| --- |
| **ACORDO ENTRE O MPU - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A** **AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO****Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra** |
| **Termo de Conciliação Judicial** |
| O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços à não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal); CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento da lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas”.RESOLVEMCelebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:a) – Serviços de limpeza; b) – Serviços de conservação; c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria; d) – Serviços de recepção; e) – Serviços de copeiragem; f) – Serviços de reprografia; g) – Serviços de telefonia; h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações; i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo; j) – Serviços de auxiliar de escritório; k) – Serviços de auxiliar administrativo; l) – Serviços de Office boy (contínuo); m) – Serviços de digitação; n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas; o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante; p) – Serviços de ascensorista; q) – Serviços de enfermagem; er) – Serviços de agentes comunitários de saúde.Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados. Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTOCláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais. Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETACláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTECláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juíz da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.Dito isto, por estarem às partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terão eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.Brasília, 05 de junho de 2003. GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMESProcurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO Procurador-Geral da União HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIROSub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da UniãoTestemunhas:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_GRIJALBO FERNANDES COUTINHOPresidente da Associação Nacional dos Magistradosda Justiça do Trabalho – ANAMATRA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_PAULO SÉRGIO DOMINGUESPresidente da Associação dos Juízes Federaisdo Brasil - AJUFE\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_REGINA BUTRUSPresidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT |